

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS
LINGUÍSTICOS

IRISLANE RODRIGUES FIGUEIREDO

**AS INSERÇÕES NARRATIVAS COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA EM
EDITORIAIS DE A GAZETA**

VITÓRIA
2010

IRISLANE RODRIGUES FIGUEIREDO

AS INSERÇÕES NARRATIVAS COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA EM
EDITORIAIS DE A GAZETA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos. Linha de Pesquisa: Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Carvalho.

VITÓRIA
2010

IRISLANE RODRIGUES FIGUEIREDO

**AS INSERÇÕES NARRATIVAS COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA EM
EDITORIAIS DE A GAZETA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos. Linha de pesquisa: Texto e Discurso.

Aprovada em 23 de Março de 2010

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Augusto Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Clemilton Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Titular

Prof.^a Dr.^a Maria da Penha Pereira Lins
Universidade Federal do Espírito Santo
Titular

A Deus, em louvor à Sua Bondade; à minha amada família; e a todos que, de uma forma ou de outra, participaram e/ou participarão do conhecimento aqui compartilhado.

“O semeador semeia a palavra.” Se a semente é lançada em boa terra, a palavra é ouvida, recebida e frutificada.

[Mc. 4:14, 20]

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente ao meu **Deus** e Pai, que concedeu a bênção de adentrar-me na Universidade e que me sustenta a cada segundo. Tudo o que tenho, tudo o que sou e o que vier a ser são reflexos da bondade e da misericórdia do Senhor.

Agradeço à minha maravilhosa **família**: minha mãe (Nalzira), meu pai (Nervaldo) e meus irmãos (Gleiane, Lindemberg, Ana Marize, Rozane, Liliane, Patrícia, Jean e Glei), pelo suporte e pelo amor ofertados em cada um dos meus projetos de vida.

Aos meus queridos **parentes e amigos**, que me apoiaram e entenderam minhas ausências, meu sincero agradecimento!

Agradeço à minha família em Cristo, especialmente à **Igreja Presbiteriana do Brasil em José de Anchieta** – Serra/ES, pelo carinho e pelas orações em todos os momentos, especialmente nos de alegria e de ansiedade.

Não posso deixar de agradecer também aos meus **colegas de mestrado**: Sílvia, Marcilene, Rosana, Ione, Juliana, Elaine, Luana, Jair, Fabiana, Mariléia, Arlene, Fabiano, Elba e Alexandre (turma 2008) e Gesieny, Stefânia, Juliene, Gisele, Yves, Marcos e Kelly (turma 2009), por compartilharem momentos maravilhosos de amizade dentro e fora do curso.

Agradeço a todos os **professores do PPGEL**. Mas agradeço em especial as queridas professoras **Penha Lins** e **Hilda Olímpio**, pelo apoio, pelo carinho e pelas preciosas contribuições ao longo do curso, principalmente no exame de qualificação.

Agradeço ao professor **Clemilton Pinheiro**, que prontamente atendeu o convite para fazer parte da banca de defesa, mesmo diante dos contratempos. Toda reflexão é válida!

Agradeço à professora **Ingedore Koch**, pois ainda que impossibilitada de participar da banca de defesa, fez e me encaminhou observações e sugestões tão valiosas! Sua atenção e cuidado foram essenciais!

Meus agradecimentos também à Prefeitura Municipal de Vitória, representada pelo Fundo de Apoio à Ciência e à Tecnologia (**Facitec**), pelo apoio financeiro.

Finalmente, agradeço ao meu querido orientador, Professor **José Augusto Carvalho**, com quem tive o prazer de estudar na graduação e por quem fui muito bem orientada durante o mestrado. Obrigada pelo carinho, pelas brincadeiras, pelas revisões, pelas sugestões, pela paciência e pelos incentivos tão preciosos! Uma vez orientador, sempre orientador!

RESUMO

O foco da pesquisa é analisar as partes de narrativa, mais especificamente as mininarrativas, enquanto estratégia argumentativa em editoriais do jornal impresso *A Gazeta*, de grande circulação no Espírito Santo. A fim de evidenciar os processos que tornam possível a hipótese sustentada, o estudo fundamenta-se nos pressupostos arrolados pela Teoria da Argumentação, conforme postulados de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) e de Ingedore Koch (1984), e pela Pragmática, segundo a Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (2001), considerando, assim, aspectos cotextuais e contextuais. Para a identificação das inserções narrativas, apoiamos-nos especialmente em Labov (1972). E, como a base de análise é o editorial de jornal impresso, utilizamos também as pesquisas de Beltrão (1980) e de Melo (1985) para o embasamento jornalístico do gênero. A análise perpassa, assim, o âmbito jornalístico, o narrativo e o argumentativo. O *corpus* da pesquisa é constituído de cinco editoriais publicados nos meses de junho, setembro, novembro e dezembro de 2008 em *A Gazeta*. A partir da fundamentação teórica e das análises propostas, observa-se que as inserções narrativas são uma estratégia argumentativa no gênero discursivo editorial, porque atuam como instrumento de contextualização, de credibilidade e de argumentação por autoridade polifônica.

Palavras-chave: Narrativa. Argumentação. Gênero Editorial.

ABSTRACT

The focus of the research is to analyze the parts of Narratives, more specifically the mininarratives as argumentative strategy in editorials of *A Gazeta* press journals, with great circulation in the state of Espírito Santo. In order to evidence the process that makes possible the supported hypothesis, the study is underlain in the presuppositions of the Argumentation Theory, according to Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) and Ingedore Koch (1984), and of the Pragmatics, according to Relevance Theory, by Sperber & Wilson (2001), having as support, then, inside and outside text contexts. In order to identify the insertion narratives, we underlay specially in Labov (1972). And, as the basis of analyze is the editorial of press journal, we also use Beltrão's researches (1980) and Melo's (1985) to journalistic gender sustentation. Analyze pass by, then, journalistic, narrative and argumentative ambit. The *corpus* of the research is composed by five editorials published in *A Gazeta* press journal between June and December of 2008. From the theoretical basis and proposed analyzes, it's observed that the narratives insertions are an argumentative strategy on the editorial textual gender because they act as context, credibility and polyphonic authority argumentation instrument.

Key-words: Narrative. Argumentation. Editorial Gender.

LISTA DE EDITORIAIS

1	EDITORIAL 1 - Lista de candidatos com ficha suja (ter, 17-06-2008)	84
2	EDITORIAL 2 - Quadro a ser modificado (seg, 22-09-2008)	86
3	EDITORIAL 3 - Reforma agora, não (dom, 02-11-2008)	88
4	EDITORIAL 4 – Impunidade no trânsito (dom, 09-11-2008)	90
5	EDITORIAL 5 - Discurso da virada (qua, 31-12-2008)	92

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
1.1 ALGUNS CONCEITOS INERENTES À COMUNICAÇÃO	17
1.2 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO	21
1.2.1 O Tratado da Argumentação	21
1.2.2 Argumentação e linguagem	24
1.3 TEORIA DA RELEVÂNCIA	31
1.4 TEORIA DA NARRATIVA	35
2 O GÊNERO EDITORIAL DE JORNAL	41
2.1 DOMÍNIO DISCURSIVO JORNALÍSTICO	41
2.2 CARACTERIZANDO O EDITORIAL	49
2.2.1 Aspectos jornalísticos	49
2.2.2 Tessitura linguística	52
3 METODOLOGIA E CORPUS	53
3.1 DELIMITAÇÃO DOS DADOS	53
3.2 MÉTODO DE ANÁLISE	55
4 AS INSERÇÕES NARRATIVAS COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA EM EDITORIAIS DE A GAZETA	56
4.1 OBJETO DE CONTEXTUALIZAÇÃO	70
4.2 ARGUMENTAÇÃO POR AUTORIDADE POLIFÔNICA	72
4.3 GARANTIA DE CREDIBILIDADE	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	79
SUGESTÕES DE LEITURA	82

ANEXOS	84
Editoriais	84
Gráfico 'Textualização'	94
Quadro do 'contínuo genérico' fala/escrita	94

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O homem sentiu sempre – e os poetas frequentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma sociedade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu (BENVENISTE, 1976, p. 27).

Difícil não compartilhar dessa ideia de Benveniste. É pela linguagem que o ser humano existe. É através da linguagem que o ser humano instaura sentimentos e ações com a sociedade. E é a partir da linguagem que podemos perceber que os seres humanos se aproximam uns dos outros e se relacionam. Não importa o código utilizado. Seja por signos gráficos ou orais, o homem está na linguagem na mesma proporção que a linguagem está no homem.

Exatamente com base nesse poder que a linguagem tem, tivemos a ideia de pesquisar um pouco do editorial, instrumento linguístico carregado de argumentatividade, o qual abriga a escrita (uma conquista que serve como registro), a interlocução (sem a qual não há relação humana), a formalidade ou o monitoramento linguístico (reflexão do desejo que o homem tem de se inserir numa sociedade que requer cada vez mais de nós), e a informação (já que se insere num meio de comunicação antigo, eficaz e sem segregação).

Muitas outras análises poderiam ser feitas, tomando-se como sustentação outras teorias, mas a escolha do editorial vai além do próprio editorial. Diante dos avanços científicos e tecnológicos, trabalhar com gêneros textuais é algo que jamais sairá de moda. Afinal, eles estão em todos os lugares, ancorando as práticas linguísticas dos mais diferentes grupos sociais. Assim como a linguagem, os gêneros textuais não podem ser desvinculados do homem, já que, em cada momento da vida, realizamos inúmeros textos nas mais diversas situações.

Foram feitas várias pesquisas com o fim de se observarem as estratégias argumentativas no gênero editorial, no entanto não encontramos nenhum estudo que abordasse especificamente as inserções narrativas¹ com propósito argumentativo. São muitas as pesquisas que envolvem a argumentação nas

¹ As quais serão observadas neste trabalho como partes intrínsecas ao texto, não como enunciados independentes ou à margem da unidade textual.

diferentes perspectivas de análise linguística, tanto no nível estritamente linguístico, no caso da Semântica Argumentativa, por exemplo, quanto no nível do contexto, linguístico e situacional, como ocorre na esfera da Linguística Textual e da Análise do Discurso. Esses estudos refletem a importância que se dá à argumentação e/ou à percepção de que ela está em todos os discursos, mesmo de forma implícita ou não intencional.

Diante disso, este trabalho **justifica-se** pelo propósito de ampliar os estudos linguísticos que envolvem a argumentação, contemplando a narrativa como uma estratégia para embasamento da tese nos editoriais. Assim, não só queremos contribuir com as discussões acerca do tema, mas também colaborar com o ensino do gênero editorial e, de forma mais abrangente, dos gêneros jornalísticos predominantemente argumentativos, crendo que devemos preocupar-nos não só com o ensino de gramática na educação de língua portuguesa, mas também e, sobretudo - como afirma Koch (2006a, p. 15-16) -, com o desenvolvimento do discente quanto à sua “capacidade de refletir, de maneira crítica, sobre a utilização da língua como instrumento de interação: faz-se preciso, para tanto, que ele se torne apto a *compreender, analisar, interpretar e produzir textos verbais*”.²

Para atingir esses alvos, temos algumas **questões norteadoras**. Em primeiro lugar, que conceito de narrativa podemos utilizar para identificar as inserções nos editoriais? Em segundo lugar, qual o propósito do editorialista ao inserir fragmentos narrativos em seu texto? Por último: como a argumentação é construída a partir das inserções narrativas?

Nossa **hipótese** é a de que as inserções narrativas são utilizadas a fim de contextualizar o leitor e de investir na credibilidade da instituição jornalística, o que é feito também através da argumentação por autoridade polifônica. Feita a contextualização a partir de inserções narrativas, o editorialista faz avaliações e insere seus pontos de vistas, até concluir sua tese.

² Grifos no original.

O **objetivo geral** deste trabalho é analisar as inserções narrativas enquanto estratégia argumentativa em editoriais publicados por determinada instituição jornalística. Para atingir esse propósito, traçamos alguns **objetivos específicos**, os quais são, basicamente: caracterizar o gênero textual editorial e verificar as diferenças básicas dos gêneros jornalísticos opinativos.

Para atingir esses objetivos, entre os meses 06/2008 e 12/2008, coletamos pouco mais de 100 editoriais da instituição jornalística *A Gazeta* (ES), dos quais elegemos cinco³ como *corpus*, para a pesquisa mais detalhada. O período delimitado não teve razões específicas. Apenas tentamos coletar uma quantidade suficiente para atender às nossas expectativas, isto é, constatar a recorrência de inserções narrativas nos editoriais. Observada a recorrência, escolhemos aqueles em que havia insistência maior na utilização da narrativa como técnica de argumentação. Os outros editoriais também apresentavam inserções narrativas, mas, na sua maioria, como argumentação periférica. A metodologia de pesquisa foi definida da seguinte forma: primeiro fazemos a análise jornalística do gênero, apresentando a classificação do texto no que diz respeito à identidade redacional, conforme estudos de Beltrão (1980) e de Melo (1985); depois, destacamos nos editoriais a(s) inserção(ões) narrativa(s) (ou mininarrativas), de acordo com concepção de Labov & Waletzky (1967) e Labov (1972) e procedemos à análise argumentativa, que consiste em identificar e analisar basicamente dois processos que tornam as inserções narrativas uma estratégia argumentativa, de acordo com os pressupostos de Perelman & Tyteca (2002) e de Koch (2006a).

Antes de passarmos ao resumo de cada capítulo, no entanto, vale justificar o uso de uma concepção atrelada à sociolinguística (no caso da narrativa, de Labov) junto com teorias mais próximas da sociocognição (como é o caso das obras de Koch e de Marcuschi). De Labov nos restringimos apenas à concepção de narrativa, com foco na narrativa mínima, considerando que há uma gama de definições de narrativas completas, mas não constatamos nenhum estudo que direcionasse à concepção de mininarrativas, diante do fato de o *corpus* da análise ser de editoriais, isto é, um gênero predominantemente argumentativo. Sendo assim, não

³ Vide anexos de 1 a 5.

consideramos a análise que o autor faz com vistas à observação sociolinguística, mas nos detemos na concepção citada. Com essa explicação, entendemos que não há problemas metodológicos em unir a definição feita por Labov com os estudos de Koch e de Marcuschi aqui utilizados.

Quanto à apresentação da teoria de Perelman & Tyteca antes das explicações acerca da argumentação de Koch, justifica-se pelo fato de esta linguista se apoiar, em diversos momentos de sua obra, nas pesquisas daqueles. Assim, identificamos em Perelman & Tyteca a macroargumentação de que se vale Koch nas aplicações linguísticas em *Argumentação e Linguagem*, unindo, dessa forma, *estratégia* e *intenção* argumentativas.

No **capítulo 1 (um)** apresentamos o referencial teórico básico que conduzirá as análises. Antes de abordar as teorias específicas, no entanto, destacamos as noções de língua, linguagem, sujeito, texto/discurso e contexto, assumidas neste trabalho. Para tanto, utilizamos pesquisas de Fávero & Koch (2008), Bentes (2008), Xavier & Cortez (2005), Marcuschi (2005 e 2009) e Koch (2006b). Feito isso, no subtópico 1.1 abordamos a Teoria da Argumentação, considerando-se que a argumentação é fator predominante nos editoriais. Para tanto temos como base os estudos de Perelman & Olbrechts-Tyteca ([1996] 2002) e de Koch ([1984] 2006a). Entre os recursos argumentativos apontados por esses autores, destacamos a questão do tempo verbal (mundo comentado e mundo narrado) e da argumentação por autoridade polifônica. O subtópico 1.2 é referente à Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (2001), no qual consideramos também a relevância da compreensão no processo argumentativo. E, no subtópico 1.3, recorreremos às pesquisas de Carvalho (1995), Labov & Waletzky (1967) e Labov (1972) para abordarmos a noção de narrativa.

No **capítulo 2 (dois)**, apoiados basicamente nos estudos de Marcuschi (2003 e 2005), de Beltrão (1980) e de Melo (1985), abordamos o domínio discursivo jornalístico, fazendo um breve histórico do jornalismo impresso e caracterizando sinteticamente os outros gêneros normalmente inseridos na parte opinativa do jornal. Logo após, caracterizamos o editorial com base em dois aspectos: o jornalístico e o linguístico. No que se refere ao âmbito jornalístico, destacamos as noções de

identidade redacional e de variação tipológica dos editoriais, conforme pesquisas de Beltrão (1980), de Melo (1985) e de Pereira & Rocha (2006). Já em relação ao âmbito linguístico, apoiamo-nos em estudos de Marcuschi (2003 e 2005), de Bentes (2008) e de Ingedore Koch ([2002] 2006b), especialmente.⁴

O **capítulo 3 (três)** é dedicado à metodologia de pesquisa adotada neste trabalho. Aqui indicamos o tipo metodológico adotado para os fins desejados, explicamos a seleção do *corpus* e apresentamos os procedimentos de análise. São três os tipos de análise: em primeiro lugar analisamos o caráter jornalístico, conforme teoria apresentada no capítulo 2 (dois) acerca do editorial; em seguida fazemos a análise narrativa e argumentativa, apontando e analisando as inserções presentes no gênero de acordo com a noção de mininarrativa ou de narrativa mínima, de Labov, e, conseqüentemente, analisando os editoriais quanto à argumentação, segundo estudos de Koch e de Perelman & Tyteca apresentados no capítulo 1 (um).

Traçado o percurso metodológico, no **capítulo 4 (quatro)** analisamos o *corpus* de acordo com as teorias expostas. Nesse capítulo apontamos três funções das inserções narrativas nos editoriais: contextualização, credibilidade e argumentação por autoridade polifônica. Na função “contextualização”, as inserções narrativas servem para informar fatos relevantes e contextualizar o leitor no assunto em questão, fazendo com que a interação seja favorecida. No que diz respeito à “credibilidade”, observamos que o editorialista insere partes de narrativas no texto a fim de comprovar a veracidade dos fatos. Em relação à “argumentação por autoridade polifônica”, observamos que esse recurso é utilizado para eximir a responsabilidade do editorialista acerca de algumas afirmações. Entendemos, assim, que a partir da contextualização, da comprovação de que os fatos são reais e da inserção de outras vozes no discurso (normalmente de autoridades ou pessoas/instituições renomadas), o autor do editorial articula sua argumentação em favor da tese defendida.

⁴ É bom ressaltar que não pretendemos aqui discutir questões terminológicas a respeito dos gêneros e tipos textuais. Adotamos as noções de Marcuschi, considerando *gênero* a realização linguística de acordo com o ambiente e a função, e *tipo* a estrutura textual, basicamente.

Finalmente, na seção seguinte apresentamos as conclusões a que chegamos após as pesquisas e as análises feitas, levando em consideração os aspectos linguísticos (internos e externos) e os jornalísticos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 ALGUNS CONCEITOS INERENTES À COMUNICAÇÃO

Iniciamos nosso percurso fazendo algumas delimitações conceituais dos principais elementos que envolvem a comunicação humana – língua, linguagem, sujeito, texto/discurso, sentido e contexto. Essas conceituações são fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas que envolvam a atividade comunicativa do ser humano, como é o nosso caso.

Para atingirmos esses objetivos, apoiamo-nos especialmente nas explanações feitas por Ingedore Koch em *Desvendando os segredos do texto* (2006b) e em *Conversas com linguistas* (XAVIER & CORTEZ, 2005). Segundo a autora, a *língua* deve ser concebida como um lugar de interação social (KOCH, 2006b), sendo, simultaneamente, sistema e prática social, visto que ela é

um conjunto de elementos inter-relacionais em vários níveis, no nível morfológico, no nível fonológico-morfológico, sintático. Mas ela só se realiza enquanto prática social, quer dizer, os seres humanos nas suas práticas sociais usam a língua, e a língua só se configura nessas práticas e é constituída nessas práticas (XAVIER & CORTEZ, 2005, p. 124).

Quanto à *linguagem*, Koch afirma que é a capacidade que o ser humano tem de se expressar a partir de determinados signos, quaisquer que sejam, isto é, pictóricos, sonoros, verbais, etc. Assim, a “linguagem é todo meio de expressão do ser humano através de símbolos”, diz Koch (XAVIER & CORTEZ, 2005, p. 124).

Diante disso, o *sujeito* não é simplesmente o responsável pelo sentido da enunciação ou um ser assujeitado pelo discurso, mas aquele que representa uma entidade psicossocial, que tem caráter ativo na produção social e na interação. Em Xavier & Cortez (2005) a autora destaca que o sujeito trabalha com a linguagem

operando escolhas em meio à gama de possibilidades linguísticas que tem à sua disposição, a fim de configurar seu discurso da melhor maneira e, assim, favorecer a interlocução.

Para Koch, “os sujeitos (re)produzem o social na medida em que participam ativamente da definição da situação na qual se acham engajados, e [...] são atores na atualização das imagens e das representações sem as quais a comunicação não poderia existir” (KOCH, 2006b, p. 15).

Considerando-se, então, o sujeito como construtor social, o *texto* é visto como um lugar de interação, no qual os interlocutores se constroem e são construídos. Partindo-se desse pressuposto, o texto é composto por uma “gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação” (KOCH, 2006b, p. 17).

Mas, de acordo com Koch & Fávero, o termo *texto* pode ser utilizado com duas acepções:

texto, em sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano [...], isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, temos o *discurso*, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou por este e seu interlocutor, no caso do diálogo) e o evento de sua enunciação. O discurso é manifestado, linguisticamente, por meio de textos (em sentido *estrito*) (KOCH & FÁVERO, 2008, p. 26).⁵

Apesar de apontar essas diferenciações conceituais, Koch & Fávero esclarecem que o texto consiste em “qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela *tessitura* do texto” (KOCH & FÁVERO, 2008, p. 26). Para Beaugrande,⁶ texto é “um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas”. Baseados nessas noções, consideramos as terminologias texto e discurso para expressar um só evento comunicativo, envolvendo

⁵ Grifos no original.

⁶ BEAUGRANDE (1997), em citações de KOCH (2006b, p. 20) e de MARCUSCHI (2005, p. 39).

tanto a noção formal quanto sua realização. Assim, utilizamos os dois termos indistintamente ou “sinonimicamente”.

A partir desse panorama, a compreensão textual vai além da captação de representações mentais ou da descodificação de uma mensagem codificada por um emissor. Mais do que isso, a compreensão, de acordo com Koch, é uma atividade interativa de produção de sentidos complexa, a qual é realizada com base em elementos linguísticos presentes tanto na superfície do texto quanto na organização textual, atividade que requer um conjunto de conhecimentos enciclopédicos e uma reconstrução do evento comunicativo, isto é, do texto. Com base nisso, o *sentido* é também uma construção que se estabelece entre texto e sujeitos (cf. KOCH, 2006b).

Nessa construção, o produtor e o interpretador do texto fazem parte do “jogo da linguagem” e agem estrategicamente na medida em que mobilizam estratégias sociocognitivas, interacionais e textuais para a produção do sentido. Para clarear essa noção de jogo, a autora destaca:

1. o produtor é aquele que recorre a várias estratégias de organização textual e orienta o interlocutor através de “sinalizações textuais (indícios, marcas, pistas) para a construção dos (possíveis) sentidos” (KOCH, 2006b, p. 19);
2. o texto tem sua forma estrategicamente organizada a partir de escolhas linguísticas do produtor, de forma que alguns limites de interpretações são estabelecidas;
3. o leitor/ouvinte é quem procede à construção dos sentidos com base no modo em que o texto é apresentado linguisticamente, nas sinalizações feitas pelo produtor e no contexto de produção do texto.

O contexto a que se refere Koch no item 3 é parte essencial da construção do sentido, seja qual for a situação comunicativa, visto que

os objetos de discurso a que o texto faz referência são apresentados em grande parte de forma lacunar, permanecendo muita coisa implícita. O produtor do texto pressupõe da parte do leitor/ouvinte conhecimentos textuais, situacionais e enciclopédicos e, orientando-se pelo *Princípio da*

Economia,⁷ não explicita as informações consideradas redundantes (KOCH, 2006b, p. 30).⁸

O leitor, então, esperando um texto com sentido completo, não se limitará às informações dadas linguisticamente, mas recorrerá a informações contextuais e ao seu conhecimento de mundo, levando-se em conta o *Princípio da Continuidade de Sentido*, isto é, de acordo com Koch, a “expectativa do interlocutor de que uma sequência linguística produzida pelo falante/escritor seja coerente” (KOCH, 2006b, p. 31).⁹

É por isso que acreditamos ser a linguagem, nas perspectivas de produção e recepção, uma interação produtor-ouvinte/leitor que se manifesta por meio de conhecimentos e estratégias cognitivas prévias, em determinado contexto, entendendo como *contexto* o conjunto de proposições ou hipóteses derivadas da memória e da percepção do entorno através de inferências, conforme Koch (2006b).

Abordaremos detalhadamente a noção de contexto mais adiante, mas vale a pena citar algumas pistas de contextualização (sinais verbais e não verbais) segundo explanações de Koch (2006b). Para ela, a prosódia (entonação, por exemplo), as pausas, hesitações, sobreposições de turno, volume e tom da voz, as seleções lexicais, etc. são pistas contextuais na fala. Já na escrita, são importantes dados contextuais para a captação de sentido: as aspas, os sinais de exclamação, os recursos gráficos, questões retóricas, formas de tratamento e outros.

⁷ Em *O léxico na economia da língua*, Margarita Correia afirma que o princípio da economia pode ser resumido com base em dois aspectos: “- o facto de, através de um sistema relativamente delimitado em termos de unidades operatórias e de regras de funcionamento, os falantes de uma língua serem capazes de falar de todos os aspectos da realidade que os rodeia, realidade factual ou ficcional, concreta ou abstrata; - o facto de qualquer língua tender para a simplificação, pela eliminação de toda e qualquer informação que possa ser tida como redundante.” (CORREIA, 1995, p. s.n.)

⁸ Grifos do original.

⁹ Vide HÖRMAN, H. **Meinen und Verstehen**: Grundzüge einer psychologischen Semantik. Frankfurt: Suhrkamp, 1976.

1.2 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

1.2.1 O Tratado da Argumentação

Em *Tratado da argumentação: a nova retórica*, publicado pela primeira vez em 1988, Perelman & Olbrechts-Tyteca objetivam “o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*”¹⁰ (1996, p. 4). Para tanto, os autores abordam, no rico tratado, desde os âmbitos da argumentação até as diversas técnicas argumentativas. Para efeito de análise, limitar-nos-emos à exposição de alguns pontos os quais julgamos essenciais à nossa pesquisa, que são: a diferença entre o ato de convencer e o de persuadir; a concepção de auditório particular e de auditório universal; e uma das técnicas argumentativas citadas pelos autores, a argumentação baseada na estruturação do real.¹¹

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (doravante, Perelman & Tyteca), toda argumentação se desenvolve em função do auditório (1996, p. 4), sendo que todo discurso é dirigido a um auditório. E,

quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-se irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objetivo ou sem efeito, pois *toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contrato intelectual* (Perelman & Tyteca, 1996, p. 16).¹²

Esse “contrato” é necessário justamente porque deve haver a adesão da tese por parte do interlocutor, isto é, seu consentimento, sua participação mental, explicam os autores (1996, p. 18).

Mas o mínimo indispensável à argumentação, de acordo com Perelman & Tyteca, (1996, p. 17), é, provavelmente, a existência de uma linguagem comum entre os

¹⁰ Grifos no original.

¹¹ Considerando a extensão do Tratado e o recorte da nossa pesquisa, faremos a exposição de forma sintética, mesmo porque a explanação dessa teoria, macroargumentação, é como uma introdução à microargumentação de Koch (1984), em que a autora utiliza os pressupostos de Perelman & Tyteca para, então, partir para algumas aplicações linguísticas.

¹² Grifos no original.

interlocutores. Outros requisitos importantes para o êxito argumentativo, citados por eles, são o compartilhamento do mesmo meio, o convívio e a manutenção das relações sociais, conjunto que facilita a realização das condições prévias para o contato dos espíritos, sempre tendo em mente que a atenção do público é indispensável para a argumentação (cf. Perelman & Tyteca, 1996, p. 19-20).

Pensando na adesão do interlocutor, os autores informam que “é [...] a natureza do auditório [...] que determina em ampla medida tanto o aspecto que assumirão as argumentações quanto o caráter, o alcance que lhes serão atribuídas” (Perelman & Tyteca, 1996, p. 33). O alcance pode acontecer de duas formas, basicamente: através do convencimento e/ou da persuasão.

Em Koch (1984) encontramos uma distinção entre *convencer* e *persuadir*, conforme estudos de Perelman,¹³ anteriores à Nova Retórica. Assim lemos:

Enquanto o *ato de convencer* se dirige unicamente à razão, através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas, sendo, assim, capaz de atingir um ‘auditório universal’, possuindo caráter puramente demonstrativo e atemporal (as conclusões decorrem naturalmente das premissas, como ocorre no raciocínio matemático), o *ato de persuadir*, por sua vez, procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um ‘auditório particular’: o primeiro conduz a certezas, ao passo que o segundo leva a inferências que podem levar esse auditório – ou parte dele – à *adesão* aos argumentos apresentados (KOCH, 1984, p. 18-19, fundamentando-se em PERELMAN, 1970).¹⁴

Conforme Perelman & Tyteca (1996, p. 30-32), o ato de convencer tem caráter racional; nem sempre altera o resultado; direciona-se a um auditório mais amplo; e tenta atingir o alocutário pela convicção, pela inteligência. Já o ato de persuadir tem caráter emocional; comumente obtém resultado; dirige-se a um auditório mais delimitado; e opera pela ação persuasiva imediata. Mas os autores esclarecem que o matiz entre os termos convencer e persuadir é impreciso, levando-se em consideração que depende muito do público-alvo da argumentação. “Como a argumentação visa a obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar” (PERELMAN & TYTECA, 1996, p. 21).

¹³ Vide PERELMAN, Chaïm. *Le champ de l'argumentation*. Bruxelas: PUB, 1970.

¹⁴ Grifos no original.

Diante dessa constatação, faz-se a distinção entre auditório particular e auditório universal. “O auditório universal é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência”, dizem Perelman & Tyteca (1996, p. 37). Mas eles afirmam também que o conceito de auditório universal pode variar de acordo com a cultura ou o indivíduo, de forma que não deve haver uma generalização. Quanto ao auditório particular, os autores afirmam que não se trata exatamente de um único ouvinte/leitor, isto é, pode ser alguém que representa um grupo.¹⁵

Feitos os esclarecimentos acerca dos auditórios a que podem se referir as argumentações, direcionamos a explanação para uma das técnicas citadas pelos autores do *Tratado da Argumentação...*: a estruturação baseada em fatos e verdades. Para os autores,

na argumentação, tudo o que se presume versar sobre o real se caracteriza por uma pretensão de validade para o auditório universal. Em contrapartida, o que versa sobre o preferível [...] será ligado a um ponto de vista determinado que só podemos identificar com o de um auditório particular, por mais amplo que seja (PERELMAN & TYTECA, 1996, p. 74).

E acrescentam: “só estamos em presença de um *fato*, do ponto de vista argumentativo, se podemos postular a seu respeito um acordo universal, não controverso. E, segundo os autores, não existe escolha neutra. Mesmo quando um enunciado é inserido no texto dando a impressão de neutralidade, isso não ocorre. Perelman & Tyteca (1996, p. 169) afirmam que a partir das escolhas o autor de um texto pode estudar as modificações argumentativas e que, assim, o termo dito neutro depende do meio em que está/foi inserido.

Ainda sobre os argumentos baseados na estrutura do real, os filósofos denominam “*argumento pragmático* aquele que permite apreciar um ato ou acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis” (1996, p. 303),

¹⁵ Perelman & Tyteca (1996) citam, além do auditório particular e do universal, o auditório individual, que se refere ao locutor, mas afirmam: “O sujeito que delibera é considerado em geral uma encarnação do auditório universal” (p. 45).

observando, assim, que os fatos desempenham um papel fundamental na argumentação.¹⁶

Como se observa, o ato de convencer está intimamente ligado ao auditório universal, o qual dá mais atenção à discussão/tese quando a argumentação toma por base a realidade. Os fatos são incontestáveis e, por isso, têm maior poder de convencimento.

1.2.2 Argumentação e Linguagem

Em *Argumentação e linguagem*, Ingedore Koch destaca, logo no início, que

o homem usa a língua porque vive em comunidades, nas quais tem necessidade de comunicar-se com os seus semelhantes, de estabelecer com eles relações dos mais variados tipos, de obter deles reações ou comportamentos, de atuar sobre eles das mais diversas maneiras, enfim, de interagir socialmente por meio do seu discurso (KOCH, 2006a, p. 15).

Nessa perspectiva, a linguagem, para Koch, passa a ser encarada como forma de ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade.

Segundo a linguista, a intencionalidade é intrínseca ao homem enquanto ser dotado de razão e vontade, que avalia, julga, critica e forma juízos e que também, pelo discurso, tenta influenciar os outros com sua opinião. Ela afirma ainda que “o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade” (KOCH, 2006a, p. 17), visto que a própria seleção de dados já implica uma opção.

Quanto ao discurso, Koch (2006a) informa que ele é dotado de uma face pragmática, o que se reflete numa atividade capaz de provocar efeitos e reações. Quando se produz um discurso, diz Koch, apropria-se da língua não só com a finalidade de veicular mensagens, mas, especialmente, com o objetivo de atuar e de interagir socialmente, de forma que locutor e alocutário se identifiquem como

¹⁶ Verificamos melhor a relevância dos fatos no tópico 1.3, ao observarmos a Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson.

interlocutores através do jogo de representações e recíprocas imagens que se estabelecem entre os dois.

Considerando a construção de textos, a autora ressalta que a estrutura temática e a informacional é que possibilitam ao falante esse construir, sendo que a primeira se baseia no tema e no rema, enquanto a segunda tem como base o dado e o novo, ou seja, as duas estruturas são enunciativas e discursivas, já que “permitem evidenciar as intenções do falante e constituir sequências de sentido preciso e adequado às necessidades de comunicação” (KOCH, 2006a, p. 21).

Ainda sobre a estrutura textual, Koch destaca que a argumentação é uma atividade presente em todo e qualquer discurso, visto que é através das articulações argumentativas que a progressão discursiva se dá, de forma que a argumentação é fator básico de coesão e coerência em um texto.

Especificamente em relação à intencionalidade na produção da linguagem, a linguista diz: “toda atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções” (KOCH, 2006a, p. 22). Sendo assim, o sentido de um enunciado se estabelece também pelas relações entre interlocutores no momento da enunciação, quando eles atualizam suas intenções persuasivas. Para Koch, “o sentido [...] não se apresenta com algo preexistente à decodificação, mas, sim, como constituído por ela” (KOCH, 2006a, p. 24).

Sabemos, assim, que a comunicação nem sempre ocorre de forma transparente, com a única intenção informativa, por isso é necessário reconhecer a significação explícita, parte da competência linguística, e a implícita, a qual é mais sutil, porque, de acordo com Koch, “abriga” indicações modais, as intenções do falante, ou seja, a maneira como o conteúdo comunicativo é transmitido. A significação, então, é a soma do explícito com o implícito de um texto. É necessário que o ouvinte tenha condições de reconhecer as particularidades das proposições expressas no enunciado (KOCH, 2006a).

E a autora acrescenta:

Por isso, o falante lhe dá indicações que permitam esse reconhecimento: é o modo do mostrar, do indicar, do implicar que constitui a *forma* do enunciado. A significação se dá, portanto, sob dois modos distintos: o da *mostração* (implícito) e o da *representação* (explícito), que correspondem à diferença entre o *mostrar* e o *dizer*, a que se fez referência (KOCH, 2006a, p. 27).¹⁷

Em relação aos implícitos, são destacados três tipos em *Argumentação e linguagem*: a) implícito baseado na enunciação (subentendidos, alusões); b) implícito no enunciado (inferência); e c) implícito do enunciado (pressuposição) (DUCROT, citado por Koch, 2006a).

Dadas essas informações, destacamos o que Koch denomina *marcas linguísticas da argumentação*. A autora define e explicita as marcas que há nas relações entre texto e enunciação, divididas em cinco grupos: pressuposições, intenções, modalizadores, operadores argumentativos e imagens recíprocas. A partir desses cinco grupos, ela caracteriza as marcas linguísticas por meio de nove temas: 1) os tempos verbais do discurso; 2) a pressuposição; 3) as modalidades do discurso; 4) os verbos performativos e a negação (uma abordagem semântico-pragmática); 5) uma visão argumentativa da gramática: os operadores argumentativos; 6) as relações interfrásticas; 7) as “orações” modalizadoras; 8) argumentação e autoridade polifônica; e 9) a retórica aplicada. Desses nove temas, elegemos dois para o estudo mais aprofundado, de acordo com nossas hipóteses: ‘os tempos verbais no discurso’ e a ‘argumentação por autoridade polifônica’.

Para explanar acerca dos *tempos verbais*, Koch se apoia nos estudos de Harald Weinrich em *Estructura y función de los tiempos em el lenguaje*, publicado pela primeira vez em 1964.¹⁸

Segundo Weinrich (1968, p. 12), os tempos do verbo são instrumento da linguagem. E na relação oração-tempos verbais, o autor afirma: “no se expresa una oración para entender bien los tiempos, sino [...] expresamos los tiempos para entender bien la oración” (WEINRICH, 1968, p. 31).

¹⁷ Grifos no original.

¹⁸ Título original do livro: *Tempus. Besprochene und Erzählte Welt*.

Na parte em que compara as pessoas do verbo, Weinrich (1968, p. 33 e 36) destaca que a linguagem coloca palavras, formas e estruturas para a comunicação à disposição do falante. E, se há uma repetição dos tempos verbais, é porque são importantes e devem estar presentes em cada momento comunicativo, estabelecendo uma “coincidência” entre mundo e linguagem.

Para explicar a ocorrência dos tempos verbais, Weinrich cita a importância da sequência que constitui uma forma verbal, isto é, lexemas (ou semantemas) e morfemas. Os lexemas são os portadores de significação do verbo, enquanto os morfemas correspondem à função (cf. WEINRICH, 1968, p. 40). Além disso, ele frisa o fato de levar em consideração tanto o eixo sintagmático quanto o paradigmático. Com base nisso, Weinrich informa que

la distribución de los elementos de la oración está condicionada, tanto como los elementos mismos, por ciertas leyes estructurales de la lengua (*langue*). Así pues, un tiempo, una vez situado en el contexto de un discurso vivo, ejerce sobre los elementos vecinos [...] una presión estructural que limita la libertad de elegir entre todos los tiempos posibles. [...] un tiempo de un discurso [...] que se encuentra en una oración y en un contexto (hablado o escrito), no es ilimitadamente combinable con otros tiempos. Ciertas combinaciones son preferidas [...]; otras son limitadas e incluso inadmisibles (WEINRICH, 1968, p. 44-45).

Esse fenômeno é denominado *consecutio temporum* – concordância de tempos (cf. WEINRICH, 1968, p. 45). Para esse autor, o contexto traz, geralmente, um tempo permitido conforme a concordância.

Dito isso, passamos à teoria central de Weinrich no livro base deste estudo, que é a classificação dos tempos verbais em dois grupos temporais, de acordo com as situações comunicativas: I) mundo comentado e II) mundo narrado.¹⁹ Para Weinrich (1968, p. 61), “en cada uno de los dos grupos está comprendido todo el Tiempo del Mundo, desde el pasado más remoto hasta el futuro más lejano”. A fronteira estrutural dos dois grupos é justamente a fronteira temporal. E acrescenta Weinrich: as situações comunicativas se dividem claramente nos duas categorias segundo o grupo temporal que nelas predomine (1968, p. 66).

¹⁹ “‘Mundo’ no significa aquí otra cosa que posible contenido de una comunicación lingüística (WEINRICH, 1968, p. 67).

O mundo narrado engloba todos os tipos de relato. Já o mundo comentado se refere à lírica, ao drama, ao ensaio, ao diálogo, ao comentário, etc., isto é, a todas as situações comunicativas que não consistem apenas em relatos e pela qual o ouvinte/leitor é afetado diretamente, visto que é impelido a responder (verbalmente ou não) ao discurso (cf. WEINRICH, 1968, p. 66-70). Enquanto nas situações comunicativas do mundo narrado falante e ouvinte se colocam de forma mais “relaxada”, nas situações em que predominam o mundo comentado, a atitude é tensa, pois o falante/escritor está comprometido e, portanto, trata-se de um discurso perigoso, em princípio.

Assim, Weinrich estrutura os grupos temporais da seguinte forma:

Mundo comentado: presente, pretérito perfeito composto, futuro do presente, futuro do presente composto e as locuções verbais formadas com esses tempos verbais;

Mundo narrado: Indicativo: pretérito perfeito simples e pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito e as locuções verbais correspondentes.

Weinrich explica que o presente constitui o tempo zero (sem perspectivas) do mundo comentado, enquanto o imperfeito e o perfeito simples constituem o tempo zero do mundo narrado. Os demais tempos representam tempos de retrospectão ou de prospecção em relação ao tempo zero (cf. WEINRICH, 1968). De acordo com Carvalho (2007), o presente e o pretérito perfeito são tempos primitivos, dos quais derivam as formas verbais correspondentes, o que pode justificar o destaque deles na categorização de Weinrich.

É importante destacar, todavia, que a definição de tempo zero não se aplica exatamente ao português, segundo Koch (2006a, p. 41). Para essa autora, o pretérito perfeito simples, em português, pode se situar tanto no mundo narrado quanto no comentado. A sua utilização depende da intenção comunicativa.

Quando a co-ocorrência do perfeito simples com tempos do mundo comentado não se dá dentro de um mesmo período, é possível considerar tais empregos como momentos narrativos dentro do comentário: introduz-se um relato para servir de base a um comentário posterior, ou faz-se o comentário, acrescentando-se, a seguir, um argumento ou uma exemplificação em forma de relato (KOCH, 2006a, p. 41-42).

Mas é importante realçar que, conforme Weinrich, a alternância entre a narração e comentário não deve ser feita de modo muito “acelerada” para não prejudicar a compreensão. Isso porque “em uma situação em que se comente algo podem introduzir-se passagens narrativas e, ao inverso, um relato pode conter partes informativas, dialogadas, ou de qualquer tipo do comentário.

Para Koch, “quando a coocorrência do perfeito simples com tempos do mundo comentado não se dá dentro de um mesmo período, é possível considerar tais empregos como momentos narrativos dentro do comentário: introduz-se um relato para servir de base a um comentário posterior, ou faz-se o comentário, acrescentando-se, a seguir, um argumento ou uma exemplificação em forma de relato” (KOCH, 2006a, p. 42).²⁰ Em relação a isso, Weinrich chama a atenção, apenas, para o fato de preservar a harmonia das partes na situação comunicativa. De acordo com ele, temos que cuidar para eleger concordemente os tempos do mundo comentado, a fim de garantir que o relato introduzido ao texto conserve o clima da situação comentadora (cf. WEINRICH, 1968, p. 75).

Em referência ao mundo da narração, citando Günter Müller e Thomas Mann, Weinrich (1968, p. 78) diz que o tempo narrado é de outra espécie em relação ao tempo vivido; pois todo tempo relatado é tempo acumulado, e toda emissão é seleção, e toda seleção é interpretação. Para exemplificar, o autor se refere aos advérbios *agora, hoje, ontem, amanhã*; que no relato são “traduzidos” para *então, naquele tempo, na véspera, no dia seguinte* (cf. WEINRICH, 1968, p. 79). Como se percebe, assim como os tempos verbais, os advérbios se dividem conforme a situação comunicativa, narrada ou comentada.

Antes de passar para o recurso argumentativo seguinte, todavia, vale destacar que Perelman & Tyteca dão muita importância ao emprego dos tempos verbais para a melhor adesão do auditório. Conforme os autores, “o emprego dos tempos permite agir sobre o auditório. [...] O presente é o tempo da máxima, do adágio, ou seja, daquilo que é considerado sempre atual, jamais invalidado” (1996, p. 181). Isso

²⁰ Observamos melhor essa asserção durante nossas análises e constatações.

serve para reforçar nossa escolha: um gênero predominantemente argumentativo, isto é, comentado.

O segundo recurso argumentativo citado aqui a partir da listagem de Koch é a Argumentação por autoridade polifônica. Nesse tema a autora assume a definição de Ducrot & Vogt de que a polifonia se refere à incorporação de asserções atribuídas a outros enunciadores ou a personagens discursivos feita pelo locutor ao seu discurso. A condição para que haja polifonia é que o locutor seja diferente do enunciador, ou seja, o locutor permite que outro personagem “diga” algo no interior do seu discurso. A partir disso, se o desígnio for o de relatar a opinião de X sem que o próprio locutor a aprove, a primeira parte do enunciado será a proposição principal; e a segunda, apenas parte do atributo; já se a intenção for mostrar Y, “a primeira parte será apenas uma proposição acessória, cuja finalidade é a de apoiar a asserção contida na segunda parte, sendo esta verdadeira proposição”, conforme explicação de Koch (2006a, p. 142). Tudo depende, no caso, da intenção do falante e não da forma linguística utilizada. Isso prova que a pragmática é um componente integrado, cujo lugar é entre o sintático e o semântico (cf. KOCH, 2006a, p. 142).

Logo, a polifonia é algo constante no discurso, pois permite ao locutor tirar consequências de uma asserção feita por outrem, resguardando-se, assim, da responsabilidade pelo dito, de acordo com Ducrot & Vogt (em citação de Koch, 2006a).

Para Ducrot, segundo explicitação de Koch, há duas formas de argumentação por autoridade: a polifônica (inscrita na língua) e o raciocínio por autoridade. Este constitui uma “espécie de raciocínio experimental em que se parte do fato de que ‘X disse P’” (KOCH, 2006a, 146). Mas a autora destaca que, neste caso, o argumento pode ser contestado, por se tratar de asseveração. Aquele, todavia, tem mais força argumentativa, pois, como afirma Koch, ele não se apresenta como autoritário e não pode ser contestado, já que é introduzido no nível da representação, do mostrar, o que reconhece ao enunciado certa legitimação a qualquer responsabilidade por parte do locutor. Não pode ser julgado quanto à veracidade ou falsidade [...] porque “é representado como sendo produzido por outro enunciador diferente do locutor, de modo que este, embora o ‘mantenha’, prestando-lhe um certo grau de adesão ou

reconhecendo-lhe certa legitimidade, não assume a responsabilidade direta de tê-lo dito” (cf. KOCH, 2006a, p. 147).

Assim, Koch destaca que “enquanto o raciocínio por autoridade constitui um procedimento facultativo, a autoridade polifônica é uma necessidade constitutiva da fala” (KOCH, 2006a, p. 147).

Em *X mas Y*, por exemplo,

o locutor admite que um enunciado seja argumentativamente utilizável a favor de certa conclusão, isto é, reconhece a legitimidade dessa tendência atribuída ao destinatário, a um enunciador virtual ou à opinião pública, mas, ao mesmo tempo, recusa esta conclusão, apresentando argumentos decisivos em favor da conclusão oposta. Neste sentido, toda concessão tem um valor justificativo; o fato de se incorporarem ao discurso as objeções (argumentos possíveis) do adversário real ou virtual confere às próprias teses uma seriedade e uma imparcialidade que não teriam se apresentadas de maneira peremptória (KOCH, 2006a, p. 148-149).

Assim, em lugar de argumentar de maneira ditatorial, o locutor utiliza as razões do outro para conduzir o alocutário a concordar com determinada tese, visto que, o argumento por autoridade polifônica tem o poder de recorrer a juízos ou atos de pessoas como meio de provar uma tese.

1.3 TEORIA DA RELEVÂNCIA

Conforme Sperber & Wilson (2001), essa teoria se baseia numa definição de relevância a partir de dois princípios gerais: o “*Princípio Cognitivo* de que a cognição humana tende a dirigir-se para a maximização da relevância e o *Princípio Comunicativo* de que as elocuções criam expectativas de relevância” (p.10-11), ou seja, a ideia central é a de que “qualquer informação comunicativa vem com uma garantia da sua relevância”²¹ (2001, p. 23).

Ao explicar acerca da TR, Lins (2008, p. 172) afirma que “todos os atos comunicativos linguísticos, sem exceção, podem ser explicados a partir do fato de

²¹ Grifos no original.

que consideramos que nosso interlocutor é sempre relevante, na medida em que cada enunciado linguístico intencional vem com uma garantia de relevância”.

Diante dessa ideia central, os autores afirmam que o próprio processo de comunicação dá origem a informações partilhadas. Essa partilha é importante se se deseja dar conclusão a uma comunicação. Nesse aspecto, no entanto, as capacidades perceptivas das informações variam em eficácia de um indivíduo para outro, conforme os autores. Além disso, informam eles que as capacidades inferenciais também variam, porém não somente em eficácia. Deve-se considerar que as pessoas dominam conceitos diferentes e, assim, podem constituir representações diferentes e chegar a inferências diversas que se aplicam às suas experiências de maneiras diferentes. Portanto, ainda quando se partilha um mesmo ambiente físico, seria diferente o que os autores denominam ambientes cognitivos.

Ao falarem sobre intenção comunicativa, Sperber & Wilson (2001) afirmam que ostentar uma informação contribui para a percepção do ouvinte/leitor, visto que a ostentação ajuda a concentrar a atenção do receptor sobre a informação relevante, o que auxilia na realização da intenção comunicativa, que nada mais é que a demonstração de uma intenção.

Definindo informação relevante, os autores destacam que esta é a “que modifica e aperfeiçoa uma representação total do mundo” (SPERBER & WILSON, 2001, p.123).

Em relação às informações transmitidas, Sperber & Wilson consideram que, para que a transmissão ocorra, isto é, para que uma suposição seja feita, o contexto é indispensável e, quanto maior o número de implicações contextuais, melhor será a representação de uma nova informação, sendo que esta não constitui exatamente uma informação nova para o organismo, mas aquela que é processada novamente, ou seja, que é recuperada na memória do indivíduo.

Para esclarecer esse ponto, os autores informam que se tem como contextualização “uma dedução baseada na união da informação nova {P} com a informação antiga {C}” (SPERBER & WILSON, 2001, p.175). Diante desse esclarecimento pode-se

dizer que as implicações contextuais, também chamadas pelos autores de efeitos contextuais, são o resultado de uma interação entre informações novas e antigas, tendo aquelas a possibilidade de fornecer mais evidências que conduzem ao fortalecimento das suposições antigas na mente. Para os autores, o argumento é formado justamente pelas premissas que antecedem a conclusão. Sendo assim, cada antecedente informativo serve de evidência para a conclusão. A partir daí os autores declaram que a força da conclusão depende não só das premissas, mas também do contexto.

Com base nessas informações constatam-se dois tipos de efeitos contextuais: “o acrescentamento de implicações contextuais e o fortalecimento de suposições tidas anteriormente” (2001:82). Os efeitos contextuais, todavia, são conseguidos somente quando uma suposição nova substitui uma suposição já presente no contexto, ocorrendo, conseqüentemente, enfraquecimento ou até apagamento de outras suposições contextuais ligadas à informação nova por meio de relações de implicação sintética ou analítica (SPERBER & WILSON, 2001). Para que a declaração seja eficaz, é necessário que o ouvinte descubra as informações que o falante/escritor garante como verdadeiras. Para isso, o ouvinte/leitor espera que a informação a qual a pessoa tem a intenção de transmitir seja relevante ao ser processada no contexto em que o falante/escritor esperava que ela fosse contextualizada, ou seja, “que tenha um efeito contextual substancial, a um custo baixo de processamento” (SPERBER & WILSON, 2001, p. 184).

Esse procedimento é necessário porque o contexto formado a partir das premissas envolvidas no enunciado linguístico constituirá um subconjunto de crenças e conhecimentos que os interlocutores têm em relação um ao outro e ao mundo, como conhecimentos científicos, sociais, políticos, culturais, econômicos, religiosos, linguísticos e aqueles surgidos na situação enunciativa (LINS, 2008). Para que essas crenças e conhecimentos sejam facilitados, o falante/escritor, que quer ser compreendido, empenha-se em ajudar o ouvinte/leitor na interpretação. Tal empenho acontece considerando-se que “muito do ambiente é feito pelo homem e está cheio de deixas intencionais com o fim de auxiliarem as pessoas a perceberem-no adequadamente” (SPERBER & WILSON, 2001, p. 185).

Além dos conhecimentos citados, Sperber & Wilson (2001) informam também que o contexto para a compreensão é formado, além de suposições expressas e/ou implicadas, de entradas enciclopédicas ligadas a qualquer conceito utilizado tanto nas suposições expressas e implicadas quanto na elocução nova.

Dadas essas informações, podemos citar como se dá a escolha de contextos. Para os autores da TR,

a escolha de um contexto para os processos inferenciais em geral, e para a compreensão em especial, é em parte determinada em qualquer dado momento pelos conteúdos da memória do mecanismo dedutivo, pelos conteúdos do armazém das finalidades gerais das memórias de curto prazo, e pelos conteúdos da enciclopédia e pelas informações que podem ser imediatamente tiradas do ambiente físico (SPERBER & WILSON, 2001, p. 220).

Portanto voltamos à ideia central da TR, que se baseia no fato de que os interlocutores produzirão enunciados com informações que exigem o mínimo de esforço de processamento com o máximo de relevância. Para tanto, o contexto é essencial, visto que ele maximiza a relevância linguística. Além do mais, Sperber & Wilson (2001) destacam ainda que o contexto inicial pode ser ampliado, inclusive com suposições anteriores ao diálogo, facilitando, assim, a compreensão do interlocutor. E, como acontece com o contexto, também há graus de relevância.

De acordo com os autores da TR, a gradação da relevância se dá pelo efeito e esforço a que o receptor da mensagem é submetido. Os efeitos contextuais são conseguidos pelos processos mentais nos quais está envolvido certo esforço de processamento para a realização dos efeitos. Segundo os autores, a relevância será maior se as condições para a sua realização implicarem o maior número de efeitos contextuais sob o menor esforço de processamento. Logo, os mecanismos perceptivos são orientados pela relevância.

Em relação à apresentação de elocuições, de acordo com Sperber & Wilson (2001, p. 238), “ao produzir uma elocução, a pessoa falante requer a atenção do seu ouvinte. Requerendo a sua atenção, sugere que a sua elocução é suficientemente relevante para valer a pena a atenção dele”.

[...] Uma pessoa que comunica ostensivamente, comunica necessariamente que o estímulo que ela está a utilizar é relevante para os receptores. [...] é, portanto, mutuamente manifesto que a pessoa que comunica tenciona tornar manifesto ao destinatário que ela escolheu o estímulo mais relevante capaz de satisfazer as suas intenções (SPERBER & WILSON, 2001, p. 240-242).

Outra relação feita pelos autores da TR é a da relevância com os atos de fala. Sperber & Wilson declaram que estes, enquanto utilização da linguagem que desempenham ações, servem para criar e anular obrigações, influenciar pensamentos e ações e ainda criar novos estados de coisas e relacionamentos sociais.

Mas nem sempre o que é relevante para uma pessoa o é para outra. Dessa forma, é função do falante atentar para o que é relevante para o receptor a fim de se fazer ouvido.

Asseverando sobre a relevância segundo os preceitos de Sperber & Wilson, Lins afirma que

a garantia de relevância permite considerar que, se uma pessoa produz um estímulo verbal deliberado, esse estímulo merece atenção e esforço de interpretação, já que produz efeitos de conhecimento que nos interessam, a curto ou a longo prazo (LINS, 2008, p. 172).

Desse modo, conforme Lins (2008), a busca por ‘efeitos contextuais’ é que vai nortear os esforços de interpretação.

1.4 TEORIA DA NARRATIVA

Em “A narrativa e a coda da narrativa” Carvalho (1995) define narrativa, expondo, antes, muitas de suas particularidades. Logo no início do artigo o autor informa, baseado em Tomachevski, que toda narrativa tem uma “estrutura profunda” à qual se denomina *fábula*, isto é, “uma disposição cronológica e casual subjacente” (p. 90). A *fábula* é o que o leitor constrói mentalmente, independentemente do modo como se apresentam os acontecimentos de uma obra, ou seja, independentemente da sequência temporal dada pelo autor. A *fábula*, então, é a história. Em oposição a isso, tem-se o *assunto*, o qual se refere à construção artística da história, a forma

pela qual o leitor toma conhecimento dos acontecimentos. É o que se denomina enredo ou trama.

Em concordância com Tomachevski, Carvalho destaca ainda que, na fábula, não há inversão do tempo, as ações são apresentadas na ordem cronológica. Na trama, no entanto, nem sempre a ordem natural das ações aparece cronologicamente. Dependendo do autor e de suas intenções, na trama o fim da história pode aparecer antes do começo e os resultados antes das causas (CARVALHO, 1995). Para o autor, essa distinção é imprescindível, pois, segundo ele, só a narrativa contém trama/assunto. E acrescenta: “se a poesia lírica e um relato impressionista de viagem não têm *enredo*, *assunto* ou *trama*, não podem ser, portanto, considerados narrativa” (1995, p. 91).²²

Dada a noção de assunto como equivalente a enredo/trama, Carvalho aponta o conceito de tema, que, segundo ele, é justamente o que representa a ideia central de uma exposição, não sendo elemento exclusivo de uma narrativa, visto que qualquer exposição verbal é feita por meio de temas, isto é, através de frases com um sentido específico. Todavia, “o tema não é único. Ele é o conjunto de outros temas ou unidades temáticas menores. [...] Cada parte de uma obra pode ser caracterizada por uma unidade temática específica” (CARVALHO, 1995, p. 92). Quando o tema é composto de uma única frase, impossível de ser decomposta em temas menores, é chamado de *motivo*. Se um enunciado (frase, oração, período) é formado por apenas um motivo, Carvalho o denomina *cláusula*²³ (CARVALHO, 1995).

Dito isso, Carvalho, com base em Labov, conceitua narrativa como

uma sequência de pelo menos duas cláusulas unidas uma à outra por uma junção temporal, entendendo-se por junção temporal um elemento – ainda que não formal – indicativo de ordenação no tempo dos acontecimentos recapitulados ou apresentados nas cláusulas (CARVALHO, 1995, p. 93).

²² Grifos no original.

²³ Essa noção é usada por Labov & Waletzky (1967) e em Labov (1972).

Para Labov & Waletzky (1967)²⁴ e Labov (1972)²⁵, então, como afirma Carvalho (1995), a narrativa se dá pelo emparelhamento de uma sequência verbal com uma sequência de eventos ocorridos. Mas, nessa junção, a ordem dos eventos é muito importante, visto que é ela que determina o sentido da narração, e afirmam: as cláusulas narrativas “são caracteristicamente ordenadas em uma sequência temporal; se as cláusulas são invertidas, a sequência temporal inferida da interpretação semântica original é alterada” (1972, p. 360).²⁶ Mas nem toda recapitulação de experiência é uma narrativa. “Algumas vezes um número de cláusulas parecerá conter uma narrativa, mas a observação mais cuidadosa mostrará que elas não têm juntura narrativa,²⁷ e que elas não são, nesse sentido, de fato, narrativas.” (LABOV, 1972, p. 361).²⁸ Cláusulas narrativas, então, são eventos ordenados no tempo e ligados por uma juntura temporal. Elas são presas, isto é, formam um bloco compacto e são coordenadas no tempo (cf. CARVALHO, 1995). Segundo Labov (1972), as cláusulas não coordenadas no tempo, podendo variar na história, são chamadas cláusulas livres e, por não serem ligadas por juntura temporal, não são consideradas cláusulas narrativas.²⁹ Por isso e por causa da função referencial, a ordem da sequência temporal é muito importante (LABOV & WALETZKY, 1967).

Com base nessas informações e em análises de entrevistas, Labov conceitua a *minimal narrative*. Para ele, a narrativa mínima é formada por duas cláusulas temporalmente ordenadas, ou seja, unidas por pelo menos uma juntura temporal,³⁰ sendo que, havendo mudança na ordem das cláusulas, a interpretação semântica original conseqüentemente será alterada (LABOV, 1972).

²⁴ Em “Narrative analysis: oral versions of personal experience” (p. 20).

²⁵ Em “The transformation of experience in narrative syntax” (p. 359-360).

²⁶ Tradução nossa.

²⁷ Também denominada juntura ou sequência temporal. Fundamentando-se em Labov, Carvalho (1995) esclarece que “juntura temporal” é um elemento indicativo de ordenação dos acontecimentos no tempo. Podem ser considerados elementos caracterizadores de juntura temporal os verbos em forma finita, especialmente as formas no pretérito perfeito (cf. CARVALHO, 1995). Além dos verbos, Carvalho (1995) informa que a conjunção *então* é semanticamente equivalente à juntura temporal.

²⁸ Tradução nossa.

²⁹ Para efeito de ilustração e melhor entendimento, citamos os exemplos de Carvalho (1995): em “Ele *gritou* e me *espantou*” temos uma narrativa formada por duas cláusulas narrativas; invertendo-se a ordem, tem-se uma nova narrativa. Em “Ele *gritou*, espantando-me”, temos apenas uma cláusula. Portanto não é uma narrativa, já que para se ter uma narração são necessárias pelo menos duas cláusulas narrativas. Além disso, no segundo exemplo a alteração na ordem não mudaria o sentido original do enunciado (cf. CARVALHO, 1995).

³⁰ Em Labov & Waletzky temos: “Any sequence of clauses that contains at least one temporal juncture is a narrative (1967, p. 28).

Em relação à definição dada por Labov & Waletzky, Carvalho (1995) afirma que o conceito de “narrativa” se torna, então, ambíguo, já que pode ser “uma mininarrativa,³¹ composta de apenas duas cláusulas, ou uma narrativa maior, composta de uma sucessão de cláusulas narrativas” (CARVALHO, 1995, p. 99). Essa sucessão de *narrative clauses* pode constituir o que Labov denomina “esqueleto” da narrativa, esclarecido por ele da seguinte forma:

Algumas narrativas [...] contêm somente cláusulas narrativas;³² elas são completas no sentido de que elas têm um início, um meio, e um fim. Mas há outros elementos de estrutura narrativa encontradas em mais tipos completamente desenvolvidos. Resumidamente, uma narrativa completamente formada pode apresentar o seguinte: 1. Resumo; 2. Orientação; 3. Ação Complicadora; 4. Avaliação; 5. Resultado; 6. Coda (LABOV, 1972, p. 362-363).³³

O *abstract* é formado pelas cláusulas que resumem a história, isto é, um resumo da ideia geral e não simplesmente “anúncio ou aviso” sobre o de que a história trata (LABOV, 1972). Por ser um resumo da fábula, necessariamente é inserido no início da narrativa e, às vezes, o próprio título de uma história pode ser considerado um *abstract* (CARVALHO, 1995).

A *orientation* serve para identificar o tempo, o lugar, as pessoas e suas atividades ou a situação (LABOV, 1972, p. 364). Para William Labov (1972). A orientação pode estar logo nas primeiras cláusulas narrativas, mas é muito comum encontrar essa seção em cláusulas livres, isto é, em cláusulas que não são confinadas por uma junção temporal. De acordo com o autor, ainda, a orientação tem propriedades sintáticas interessantes, visto que é bem comum encontrar muitas cláusulas de passado progressivo nessa seção, as quais delineiam o tipo de coisa que estava acontecendo antes do primeiro evento narrativo ou durante todo o episódio. E o mais interessante, para Labov, é justamente a localização dos elementos orientadores, considerando-se o fato de que eles podem ser colocados em pontos estratégicos na narração, e não necessariamente no início, como já foi exposto.

³¹ Ou narrativa mínima, na terminologia de Labov.

³² Como no caso da narrativa mínima.

³³ Tradução nossa.

Todavia, pode acontecer de a orientação não aparecer. Por exemplo, quando o narrador não nomeia nem identifica pessoas e lugares ou quando há informações de conhecimento comum ao falante/escritor e ouvinte/leitor (CARVALHO, 1995).

A *complication* ou *complicating action* se refere ao embasamento principal das cláusulas narrativas, isto é, à série de eventos que efetivamente formam a narrativa (LABOV & WALETZKY, 1967). De acordo com Carvalho (1995), como é preciso lançar mão de critérios semânticos para descobrir a complicação, às vezes torna-se difícil identificar exatamente em que ponto ela começa e termina.

A *evaluation* é “o sentido usado pelo narrador para indicar o ponto da narrativa, a razão de ser dela: porque ela foi feita, e o que o narrador está querendo dizer” (LABOV, 1972, p. 366).³⁴ De acordo com Labov, há quatro tipos de avaliação: 1) *external evaluation*; 2) *embedding of evaluation*; 3) *evaluative action*; e 4) *evaluation by suspension of the action*³⁵ (LABOV, 1972). Sintetizamos esses tipos abaixo:

A *avaliação externa [1]*, segundo Labov, ocorre quando o narrador se volta para o ouvinte/leitor para informar o ponto central da narrativa.

O *encaixamento de avaliação [2]* (ou avaliação encaixada/interna) pode ser feito através de duas formas. A primeira acontece quando o narrador expõe um pensamento de algo que tenha acontecido com ele, preservando-se a continuidade do drama narrado; a segunda se refere a uma citação do narrador, mas não em forma de diálogo com o leitor/ouvinte (como acontece na avaliação externa).

Na *ação avaliativa [3]* “conta-se o que as pessoas fizeram além do que elas falaram” (LABOV, 1972, p. 373).³⁶ São ações que revelam a tensão dos atos.

³⁴ Tradução nossa.

³⁵ Essa divisão não corresponde exatamente às divisões de Labov & Waletzky (1967) e de Carvalho (1995). Este divide a avaliação apenas em externa (que diz respeito a algo ou alguém fora da narrativa e é normalmente expressa por citações, provérbios, julgamentos de valor, etc.) e interna (que se refere a algo ou alguém da própria narrativa); aqueles dividem a avaliação da seguinte forma: avaliação definida semanticamente (1. Direct statement; 2. Lexical intensifiers); avaliação formalmente definida (3. Suspension of the action: a. through coordinate clauses and restricted clauses; b. repetition); e avaliação culturalmente definida (4. Symbolic action; 5. Judgment of a third person).

³⁶ Tradução nossa.

Por fim, o quarto tipo de avaliação: a *avaliação por suspensão da ação* narrativa [4]. Labov informa que as emoções que o narrador expressa podem ser instantâneas ou simultâneas à ação no tempo, mas quando elas aparecem em sentenças separadas, a ação para. Parando a ação, o narrador chama a atenção para aquela parte da narrativa e indica para o ouvinte que isso tem alguma conexão com o ponto avaliativo. Quando isso é completamente feito, a atenção do ouvinte/leitor é também suspensão, e a resolução vem com força bem maior (cf. LABOV, 1972, p. 374).

A *resolução* nada mais é, então, que o desfecho da história, quando se tem a informação do fim da complicação. Para Carvalho, “a resolução é a parte da narrativa em que se retorna novamente ao equilíbrio inicial, e normalmente se encerra o relato” (1995, p. 102).

Se a resolução encerra a narrativa, qual é o papel da coda? Para Labov & Waletzky (1967), a *coda* é um elemento adicional não obrigatório. Labov (1972) afirma também que as codas podem conter observações gerais ou a apresentação dos efeitos eventuais na narrativa, e algumas podem até se voltar para o leitor de uma forma particular sem ligação direta com a história narrada. Segundo Carvalho (1995), ainda, a coda é uma parte acrescida pelo narrador à resolução para garantir ao leitor/ouvinte que a história acabou, não se caracterizando por junção temporal, ou seja, é formada por cláusulas livres, como declara Labov (1972). Assim, Carvalho esclarece que a *resolução* caracteriza o fim da fábula, enquanto a *coda* corresponde ao fim da trama.

Labov entende como narrativa completa, então, aquela que contém uma orientação, a complicação da ação, a avaliação que antecede a resolução, e a coda. Esses elementos representam uma série de respostas a perguntas subjacentes, conforme se segue:

- a. Abstract: what was this about?
 - b. Orientation: who, when, what, where?
 - c. Complicating action: then what happened?
 - d. Evaluation: so what?
 - e. Result: what finally happened?
- (LABOV, 1972, p. 370)

Mesmo listando os seis elementos como parte de uma narrativa completa, o autor reconhece que só a ação complicadora é essencial na narrativa, mas informa que os demais elementos (*abstract, orientation, resolution e evaluation*) correspondem a questões que clareiam as funções da narrativa – em **a**, **c** e **e** as funções referenciais são esclarecidas; em **d** informa-se por que a história foi contada. A coda não é listada acima porque, segundo Labov, ela não responde a nenhuma pergunta, como os demais, mas ela está ligada às funções referenciais de **b** e **d**.³⁷

2 O GÊNERO EDITORIAL DE JORNAL

2.1 DOMÍNIO DISCURSIVO JORNALÍSTICO

De acordo com Marcuschi (2005, p. 92), “o trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas”. De acordo com o autor, é impossível não se comunicar verbalmente através de algum texto da mesma forma que é impossível não se comunicar verbalmente por meio de algum gênero, visto que toda manifestação verbal acontece por meio de textos realizados em algum gênero. Diante disso, Marcuschi (2003, p. 23) define gênero como um texto materializado em que se apresentam características *sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”.³⁸ E mais: ele afirma que, quando dominamos determinado gênero textual, não dominamos uma forma linguística, mas uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares (MARCUSCHI, 2005).

Em *Desvendando os segredos do texto*, Koch (2006b, p. 53) informa que “o contacto com os textos da vida cotidiana [...] exercita nossa *capacidade metatextual* para a construção e intelecção de textos”,³⁹ assumindo a concepção de Bakhtin de que todas as esferas da atividade humana estão relacionadas com a utilização da língua. Para ele, os enunciados refletem condições específicas e finalidades de cada uma

³⁷ Em “Sequência narrativa: concepções e limites”, Figueiredo (2009) aponta outros estudos acerca da narração.

³⁸ Grifo no original.

³⁹ Grifo no original.

dessas esferas, não só pelo conteúdo temático e pelo estilo verbal, mas também pela construção composicional (BAKHTIN, 1992b).

A escolha do gênero, então, é feita em função dos parâmetros da situação que guiam a ação e estabelecem a relação meio-fim, a qual é estrutura básica de uma atividade mediada.

Diante do exposto, podemos citar a posição de Marcuschi (2003), que declara que há casos em que os aspectos determinam o gênero; noutros, é a função; e em outros, ainda, pode ser o ambiente discursivo e/ou o suporte em que o texto aparece.

Para Bronckart (1999, p. 103), “a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas”. Em certos contextos, de acordo com Marcuschi (2003), os gêneros textuais operam como formas de legitimação discursiva, visto que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação, que estão além da justificativa individual. E ele destaca ainda que a nomeação dos gêneros textuais abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas (MARCUSCHI, 2003), designações que devem levar em conta o canal/suporte, o estilo, o conteúdo, a composição e a função.

Marcuschi (2005) divide os GT em dois grandes grupos dentro do contínuo oral-escrito.⁴⁰ O primeiro grupo refere-se aos gêneros que se situam na escrita. O segundo grupo engloba conversações orais, entrevistas, discursos oficiais, reportagens ao vivo, debates, piadas, entre outros. E ele chama a atenção, ainda, para o fato de alguns gêneros se situarem “dentro” dos dois grupos simultaneamente, como os noticiários de TV e de rádio, os avisos, comunicados e convocações, etc., o que caracteriza a não-delimitação ou a separação entre a fala e a escrita.

⁴⁰ Vide Anexo 7.

Há ainda, segundo o linguista, uma “delimitação” dos gêneros de acordo com o domínio discursivo no qual eles ocorrem, que é o que mais nos interessa neste tópico. Marcuschi (2005) cita as notícias, as reportagens, os editoriais, as entrevistas, a sinopse de novela, entre outros, em forma impressa, como gêneros caracterizadores do domínio discursivo jornalístico, só para citar alguns. Os domínios discursivos, então, constituem uma esfera de atividade humana e indicam instâncias discursivas. Através das práticas discursivas podemos identificar um conjunto de GT que muitas vezes são próprios de determinados domínios do discurso, como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradas de relações de poder, afirma Marcuschi (2005).

Mas dentro do próprio jornalismo há divisões tipológicas textuais. Apoiando-se em Martínez de Souza, Melo (1985) afirma que o jornalismo mundial não é uma entidade unificada e que há aspectos formais distinguidores dos diferentes jornalismo. A partir da distinção inicial de Buckley, entre informação e comentário, a imprensa jornalística se diversifica no que se refere aos gêneros textuais próprios de cada esfera.

Segundo Melo, a classificação dos gêneros jornalísticos teve início com o editor inglês Samuel Buckley, quando este resolveu separar *news* e *comments*, no início do século XVIII (MELO, 1985). Desde então, o jornalismo vem sofrendo mudanças e adaptações devidas aos avanços tecnológicos e às alterações culturais.

Os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (que emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião) (MELO, 1985, p. 48).

A partir disso, Melo propõe a seguinte classificação:

Jornalismo informativo: 1) nota, 2) notícia, 3) reportagem e 4) entrevista.

Jornalismo opinativo: 1) editorial, 2) comentário, 3) artigo, 4) resenha, 5) coluna, 6) crônica, 7) caricatura e 8) carta.

Sobre a esfera informativa do jornal, destacamos apenas que, segundo Melo (1985), os gêneros se diferenciam, com exceção da entrevista, pela progressão dos fatos, pela sua captação pela empresa jornalística e pelo acesso do público. A *nota*, por exemplo, corresponde ao relato de acontecimentos em processo de configuração e, por isso, é mais recorrente na TV e no Rádio. Quanto à *notícia*, trata-se do relato integral de um fato já eclodido na sociedade. E a *reportagem* é um relato ampliado acerca de algum fato repercutido no meio social e que produziu alterações perceptíveis à empresa jornalística (cf. MELO, 1985). Sobre a *entrevista*, Melo (1985) afirma que é um gênero que proporciona contato direto com a coletividade.

Feitas as distinções básicas entre o jornalismo informativo e o opinativo, destacamos agora os gêneros correspondentes à esfera jornalística em que se insere o *corpus* de nossa pesquisa, para efeito de contextualização, principalmente.

De acordo com listagem de Melo citada acima, os gêneros jornalísticos opinativos são oito e assumem identidades variadas, conforme sua autoria ou angulação.⁴¹ A seguir, fazemos uma síntese desses gêneros opinativos, conforme suas características jornalísticas e linguísticas, com exceção do editorial, o qual abordamos de forma mais detalhada no tópico seguinte.

O primeiro gênero citado por Melo (1985), após o editorial, é o *comentário*. Segundo esse autor, trata-se de um texto com autoria definida e explícita. Ele destaca o ato de comentar como uma tarefa que pressupõe ancoragem informativa e perspectiva história, e, por essa natureza, não há comentarista de artigos gerais, mas cada jornalista assume um setor (política, economia, esportes, etc.).

Trata-se de “um gênero que mantém vinculação estreita com a atualidade, sendo produzido em cima dos fatos que estão ocorrendo. [...] O comentário explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas consequências” (MELO, 1985, p.87-88). Sendo assim, o gênero tem continuidade, isto é, a apreciação de um fato

⁴¹ No *Dicionário de Propaganda e Jornalismo...* (1985) encontramos a seguinte definição: ÂNGULO (jorn.) – determinado destaque ou enfoque dado a uma informação.

articula-se necessariamente com as matérias anteriores e posteriores (cf. MELO, 1985). A angulação temporal do comentário é, portanto, o imediato.

Em relação à angulação espacial, Melo informa que o comentário se estrutura em duas partes: a) síntese do fato e enunciação do seu significado; b) argumentação que sugere o seu julgamento. Ele destaca, ainda, que raramente é um texto conclusivo (MELO, 1985, p. 88).

Segundo Castelli, em citação de Melo (1985, p. 89), o comentário pode ser de três espécies: 1) análise de um problema (cujo estilo é similar ao editorial, manejando dados eruditos e imprimindo certa subjetividade, mas agregando traços de humor e ironia); 2) documentação de um fato (utiliza o estilo do relatório, valendo-se muitas vezes dos recursos da reportagem, sem excluir, porém, a formulação de juízos pessoais provenientes da observação direta); 3) crítica de uma situação (apreciação pessoal, realçando a natureza da situação analisada, mas antecipando as possibilidades de solução).

No que se refere aos aspectos linguísticos, o comentário é um gênero situado na modalidade escrita da língua, com linguagem variando entre o formal e o informal, com maior tendência para o primeiro tipo. Normalmente, o único recurso utilizado pelo jornal/comentarista é o verbal.

O segundo gênero listado é o *artigo*. Este apresenta autoria definida e explícita (cf. MELO, 1985). O autor é normalmente uma pessoa considerada especialista no assunto a ser desenvolvido, sendo ela jornalista ou não. Quanto à angulação temporal, o artigo não exige continuidade e imediatismo por tratar-se de um gênero determinado cujos fatos são analisados a partir da competência profissional dos autores (cf. MELO, 1985). Isso não significa, no entanto, que os temas abordados não sejam ancorados pragmaticamente a alguma notícia comum à publicação.

Em se tratando da angulação espacial, o artigo é um ensaio curto, com julgamentos marcados pela provisoriedade e com argumentação a partir do conhecimento próprio do articulista. Estrutura semelhante à do editorial. Processo de elaboração: invenção, disposição e elocução.

O artigo se divide em dois tipos: o *doutrinário* e o *científico*. O primeiro é o que objetiva a análise de um tema atual e no qual se fazem “sugestões” aos leitores para que estes compreendam o assunto discutido a partir de um determinado prisma. Apoiando-se no cotidiano social, o articulista faz alguns apontamentos a fim de direcionar o leitor. É o que denominamos artigo jornalístico. O segundo destina-se a tornar público o avanço da ciência.

Citando Vivaldo, Melo (1985) assume dois elementos específicos do artigo de opinião:

- 1) Atualidade: o articulista tem liberdade de conteúdo e forma, mas ele deve tratar de fato ou ideia da atualidade (não necessariamente do cotidiano, como o comentário, mas do momento histórico atual);
- 2) Opinião: a opinião emitida no artigo vincula-se à assinatura do autor, por isso deve ser explícita. O leitor a procura exatamente para saber como o articulista se posiciona em relação ao assunto.

Feita a caracterização jornalística, observamos os aspectos linguísticos. O artigo é um gênero de modalidade escrita da língua, com monitoramento variando entre o formal e o informal, com maior tendência para a formalidade, assim como acontece com o comentário. Normalmente os articulistas utilizam apenas o recurso verbal, mas alguns jornais apresentam artigos ligados à linguagem não verbal, como é o caso de *A Gazeta*, que publica um, de três, com uma charge.⁴²

O terceiro gênero citado é a *resenha*. De acordo com Melo (1985), esse texto, também denominado crítica, não tem autoria definida ou explícita. Também não se prende à continuidade e ao imediatismo por tratar-se de um gênero destinado a orientar o público na escolha dos produtos culturais em circulação no mercado. (cf. MELO, 1985:99).

Em sua angulação espacial, pode ser considerado um comentário breve. Conforme Todd Hunt (citado por Melo, 1985), há duas espécies de resenha: a impressionista

⁴² Sobre o artigo de opinião, vide pesquisa de Figueiredo, 2009: “Artigo de opinião: Teoria da Relevância e Argumentação em foco”.

(que decorre da reação do crítico) e a autoritária (a qual se articula com “modelos históricos”).

De acordo com Melo, ainda, a resenha pode servir para: a) informar; b) elevar o nível cultural; c) reforçar a identidade comunitária; d) aconselhar; e) estimular e ajudar os artistas; f) definir o que é novo e distinguir produtos tradicionais e modernos; g) documentar; h) divertir.

As características linguísticas deste gênero não diferem muito dos anteriores. Também é escrito, com monitoramento mais acentuado e, basicamente, utiliza o recurso verbal da linguagem.

A *coluna* é o quarto gênero sintetizado aqui. Segundo Melo (1985), esse gênero discursivo tem autoria explícita, com emissão de opiniões temporalmente contínuas e sincronizadas com a emergência e a repercussão dos fatos. De acordo com Melo, ainda, este é um gênero “mediador”, isto é, está entre o ângulo observativo do leitor e o ambiente jornalístico peculiar.

É uma “seção especializada [...], publicada com regularidade, geralmente assinada e redigida em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum. Compõe-se de notas, sueltos, crônicas, artigos ou textos-legendas, podendo adotar, lado a lado, várias dessas formas. As colunas mantêm um título ou cabeçalho constante, e são diagramadas geralmente numa posição fixa e sempre na mesma página” (MELO, 1985:105).

Quanto às suas espécies, as mais comuns no Brasil são: social, política, econômica, esportiva, de livros, de cinema, policial, de música, de TV, etc (cf. Melo, 1985).

Assim como a resenha, faz parte da modalidade escrita da língua, com maior monitoramento lingüístico e divulgado de forma verbal.

Agora, a *crônica*. Esse gênero pode ser escrito por jornalistas, poetas ou ficcionais e tem autoria explícita, segundo informações de Melo (1985). Não coincide com a repercussão dos acontecimentos, apesar de vincular-se diretamente a eles (cf.

MELO, 1985). “composição breve, relacionada com a atualidade” (MELO, 1985:111). No Brasil, tem “feição de relato poético do real, situado na fronteira entre a informação de atualidade e a narração literária” (MELO, 1985:111).

Suas espécies, segundo Beltrão, podem ser assim classificadas:: quanto ao tema e quanto ao tratamento do cronista. De acordo com o tema, pode ser: Crônica geral (assuntos variados, espaço fixo); Crônica local/urbana/da cidade (cotidiano); ou Crônica especializada (determinado campo de atividade). Segundo o tratamento dado, pode ser: Analítica (exposição breve e objetiva); Sentimental (aspectos pitorescos, líricos, épicos. Apelo à sensibilidade); ou Satírica-humorista (crítica, ridicularização ou ironização);

Também é um texto escrito, mas varia tanto quanto ao monitoramento (formal/informal) quanto à utilização dos recursos linguísticos (verbal/ não verbal).

O penúltimo gênero opinativo citado por Melo é a *caricatura*. Para o autor, esse texto tem autoria explícita e revela opiniões temporalmente contínuas e sincronizadas com a emersão e a repercussão dos fatos. Ele destaca ainda que é o que mais se aproxima do ambiente jornalístico peculiar (MELO, 1985).

Trata-se de um “relato” humorístico caricaturizado/desenhado, e pode ser de quatro espécies: Caricatura (“retrato deformado”), *charge* (crítica humorística de algum fato), *cartoon* (anedota gráfica, normalmente com personagens fictícios), *comic* (HQ).

Situa-se na modalidade escrita da língua, apesar de esta não aparecer, muitas vezes. O monitoramento é mínimo, normalmente, e a utilização dos recursos não verbais é bem acentuada. Como dito antes, o verbal pode ou não estar presente.

Por fim, a *carta*. Para Melo (1985), a autoria desse gênero é comumente explícita. O texto não coincide com a repercussão dos acontecimentos, mas vincula-se diretamente a eles (cf. MELO, 1985). O autor afirma ainda que a carta se distancia um pouco do ambiente jornalístico peculiar por reproduzir o ângulo observativo do leitor, da coletividade.

É normalmente, uma exposição breve, classificada de acordo com o tipo de leitor. Segundo José Silveira (*apud* MELO, 1985), os leitores estão divididos em quatro grupos: 1) Autoridades (louvam ou retificam determinadas informações); 2) Perfeccionistas (solicitam retificações); 3) Lesados (desabafam algum descontentamento através de denúncias, admoestações ou lamúrias); e 4) Anônimos (não assumem sua posição).

Como os demais, é um texto situado na modalidade escrita da língua, com monitoramento mais formal. O recurso normalmente utilizado é o verbal, mas às vezes pode aparecer alguma ilustração ligada ao assunto.

2.2 CARACTERIZANDO O EDITORIAL

2.2.1 Aspectos jornalísticos

Assim como o comentário, o editorial é um gênero que se estrutura conforme uma angulação temporal em que a continuidade e o imediatismo são fundamentais. Mas, ao contrário daquele, este não tem autoria declarada, sendo interpretado, por isso, como o espaço que divulga oficialmente a opinião da instituição jornalística (cf. MELO, 1985). Porém essa opinião não aborda todos os fatos, mas aqueles com maior repercussão no momento.

Pereira & Rocha (2006), amparadas por Melo, afirmam ainda que nem sempre o editorial é baseado especificamente na opinião dos proprietários nominais da empresa divulgadora. Muitas vezes, dizem elas, trata-se de um consenso entre órgãos (públicos ou não) e/ou instituições que patrocinam o jornal, ou que participam da organização do jornal. Para Melo (1985, p. 79), a vocação do editorial, por isso, é “apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana”. Para Gradim (2000), nesse gênero se deve “tomar o pulso da opinião já formada, contradizê-la se for o caso; mais ainda aperceber-se da opinião que está se formando, do clima cultural e expectativas que o seu público vive, e [...] intervir com lucidez, inteligência e rigor” (GRADIM, 2000, p. 65).

A respeito do público-alvo do editorial, Melo (1985) esclarece que, apesar de esse gênero se dirigir à coletividade, é comum o estabelecimento de diálogo com o Estado. Diante disso, “as instituições jornalísticas atribuem à produção dos editoriais uma atenção toda especial que supõe plena integração entre as políticas da empresa e os interesses corporativos que defendem” (MELO, 1985, p. 80).

Jornalisticamente, a seleção dos dados para o editorial é feita com muito cuidado. Segundo Melo (1985), esse gênero passa por um sofisticado processo de depuração dos fatos, checagem de fontes e conferência de dados. E, ao contrário do que assevera Melo nessa obra de 1985, hoje o editorial não se limita a temas como política, economia e administração, pois aborda também temas mais cotidianos, como educação, saúde e trabalho, apesar de aqueles ainda serem a preferência das instituições jornalísticas. O próprio Melo cita uma pesquisa feita no Rio de Janeiro, em que, ao responderem negativamente acerca da supressão de gênero, a maioria (78%) dos leitores justificaram: “o editorial é uma janela que permite a expressão do ponto de vista que oferece aos leitores melhor ideia dos fatos nacionais e internacionais” (MELO, 1985, p. 83). Como, normalmente, se trata de um texto representativo das decisões da diretoria da instituição, o editorialista é visto como um intérprete dos pontos de vista convencionados para divulgação (cf. MELO, 1985).

Quanto à estrutura, o editorial apresenta-se normalmente com uma questão/fato introdutório, um desenvolvimento argumentativo e a conclusão (SANTANA, 2003), o que Karina Nascimento (2003, p. 96) denomina “fato (elemento de grande poder persuasivo por ser inquestionável); argumentos pró-tese [e] tese (constituente revelador da intenção argumentativa do editorialista [...])”, respectivamente. Já em referência à identidade redacional, Melo se apoia em Fraser Bond para dizer que o editorial é um ensaio curto, de natureza contemporânea, absorto no senso de oportunidade. Suas características específicas, endossadas por Melo a partir de Beltrão, são: a) impessoalidade; b) topicalidade; c) condensabilidade; e d) plasticidade (cf. MELO, 1985). A *impessoalidade* se refere ao fato de o editorial não ser uma matéria assinada e ser escrita em 3ª pessoa do singular ou 1ª do plural; quanto à *topicalidade*, a terminologia se justifica porque o editorial deve abordar um tema bem delimitado; em relação à *condensabilidade*, refere-se à brevidade e à

clareza do gênero, visto que atualmente os indivíduos inseridos no meio urbano, onde a leitura do jornal parece ser mais recorrente, não dispõem de tanto tempo para a leitura do jornal;⁴³ e, por último, a *plasticidade*, referente à flexibilidade, à maleabilidade e ao não dogmatismo, de forma que os fatos devem ser acompanhados e apreendidos em seus desdobramentos e em suas variações, tais como ocorrem.

Segundo Melo (1985), hoje é comum encontrarmos editoriais diferentes quanto à sua “espécie”, e, diante disso, além dos atributos de redação, Beltrão (1980) classifica esse gênero opinativo conforme cinco variáveis:

- Morfologia: *artigo de fundo* (editorial principal), *suelto* (breve análise de um fato) e *nota* (registro rápido em que há antecipação das consequências);
- Topicalidade: *preventivo* (antecipa-se à realidade, avaliando-se situações “esboçadas” e concluindo-se as possíveis consequências); *de ação* (acompanha-se um fato e analisam-se suas causas no momento em que ocorrem) e *de consequência* (quando se fazem deduções a respeito de consequências e repercussões de algum fato);
- Conteúdo: *informativo* (esclarecem-se fatos e situações, explicando-se aspectos que ficaram implícitos nos gêneros informativos); *normativo* (tenta-se convencer e exortar o público a assumir determinadas ações) e *ilustrativo* (tenta-se expandir a instrução dos leitores direcionando a atenção deles para questões cotidianas que comumente passam despercebidas);
- Estilo: *intelectual* (quando se apela à razão do leitor, convidando-o a raciocinar e a seguir determinada linha argumentativa) e *emocional* (quando se apela à sensibilidade do leitor, na tentativa de tocar suas crenças, instintos e/ou sentimentos de forma mais emotiva e menos racional);
- Natureza: *promocional* (coerente com a linha da empresa); *circunstancial* (imediatista, oportunista) e *polêmico* (provocador, contestador).

⁴³ Melo (1985) afirma também que nesse atributo se dá maior ênfase à afirmação do que à demonstração, mas veremos durante as análises que as demonstrações têm peso muito grande devido à necessidade de embasamento das afirmações, mesmo porque os leitores estão cada dia mais críticos.

2.2.2 Tessitura linguística

Concordando com a relação feita por Hjelmslev entre texto e língua, Bentes afirma que “todo texto é tido como uma manifestação estruturada, cujas partes são dependentes entre si na composição do todo, semelhantemente à língua” (BENTES, 2008, p. 23).

Ao falarmos em “manifestação estruturada”, não nos referimos apenas à formalidade do texto, mas a todos os elementos que tornam o texto uma ocorrência comunicativa. Essa ideia nos leva à noção de textualidade, postulada por Beaugrande & Dressler entre 1970 e 1980 (cf. BEAUGRANDE, 1997). Esses autores classificam como critérios ou padrões de textualidade sete itens: 1) coesão; 2) coerência; 3) intencionalidade; 4) informatividade; 5) aceitabilidade; 6) situacionalidade; e 7) intertextualidade (cf. MARCUSCHI, 2005 e BENTES, 2008). Marcuschi (2005) destaca que Beaugrande & Dressler (1981) separam esses critérios conforme quatro aspectos: a coesão e a coerência estão ligadas aos aspectos formais do texto; a intencionalidade e a aceitabilidade se referem ao aspecto psicológico; a informatividade é referente ao aspecto computacional; e a situacionalidade e a intertextualidade fazem parte do aspecto sociodiscursivo (cf. MARCUSCHI, 2005). Não nos deteremos aqui na descrição de cada um.⁴⁴ Importa-nos informar que o gênero base de nossa análise abriga todos esses padrões. Isso poderá ser verificado de maneira diluída durante as análises e a partir da leitura dos textos.

Sobre a realização do gênero editorial, Marcuschi (2005) e Santana (2003) declaram que se trata de um texto concebido na modalidade escrita da língua. Ao distribuir os

⁴⁴ Informamos, sinteticamente, que os critérios de textualidade ou de textualização apontados, conforme Marcuschi (2005) (e Halliday & Hasan (1976), no caso de *a* e *b*), se referem à: a) *Coesão*: progressão baseada na forma; abrange a conexão referencial (semântica) e sequencial (elementos conectivos); b) *Coerência*: progressão textual baseada no sentido (conexão conceitual); c) *Intencionalidade*: centra-se no produtor do texto por levar em consideração a intenção do autor ao produzir o texto; d) *Aceitabilidade*: diz respeito à atitude do receptor do texto, que verifica se o gênero é interpretável e significativo; e) *Situacionalidade*: relação feita entre o texto produzido e a situação em que ele ocorre; f) *Intertextualidade*: relação da produção textual com outros textos; g) *Informatividade*: postula que deve ser possível distinguir o que é transmitido pelo texto do que não é. Todo texto pretende transmitir algo. No Anexo 8 reproduzimos o gráfico de textualização elaborado por Marcuschi.

gêneros no continuum oral/escrito, Mascuschi posiciona o editorial de jornal no mesmo patamar de documentos oficiais, relatórios técnicos e textos profissionais, classificando-o como texto instrucional, relativamente distante da dimensão oral da língua (MARCUSCHI, 2005), como se vislumbra no Anexo 9. Com isso, podemos afirmar que o gênero base de nossas análises corresponde a uma linguagem mais formal.

No que diz respeito à tipologia textual dos editoriais, trata-se do tipo argumentativo, visto que se trata de um texto opinativo, no qual o editorialista tenta convencer o leitor a partir de um fato de grande importância no momento em que é elaborado. Segundo Nascimento, o autor do editorial “desenvolve um raciocínio valorativo, através do qual defende [...] a posição político-social do jornal e refuta as opostas, conduzindo o leitor à conclusão pretendida pela empresa” (NASCIMENTO, 2003, p. 85). Mas, com o intuito de argumentar, o editorialista faz uso de outros tipos textuais, visto que, dificilmente um gênero contém apenas uma tipologia textual.⁴⁵

3 METODOLOGIA E CORPUS

3.1 DELIMITAÇÃO DOS DADOS

Como informamos na introdução, para atingirmos os objetivos traçados nesta pesquisa e comprovarmos nossa hipótese, escolhemos editoriais de *A Gazeta* como *corpus*. A escolha dessa instituição foi motivada pelo fato de ela ser a empresa jornalística mais antiga no estado do Espírito Santo. Em 2008 completou 80 anos de atividade, conforme notícias veiculadas na mídia, várias matérias sobre a história do jornal e um editorial dedicado especialmente à comemoração da data em 11-09-2008 em AG. Além disso, é um impresso de grande circulação em todo o estado, especialmente na região metropolitana.

Para selecionar o material de análise, começamos a coleta no mês de junho de 2008. Desde então os editoriais foram separados a cada publicação adquirida. Esse

⁴⁵ Essa heterogeneidade tipológica pode ser observada no trabalho de Figueiredo (2008), no qual a autora analisa um editorial, destacando as sequências tipológicas presentes no gênero.

processo durou aproximadamente sete meses, até dezembro de 2008. A partir de janeiro os editoriais foram observados a fim de, superficialmente, no início, confirmarmos a existência de inserções narrativas nos textos. Como foram mais de 100 editoriais separados, delimitamos como critério principal de seleção os editoriais que apresentavam relatos como principal desencadeador de argumentação. Na medida do possível, tentamos eleger um editorial de cada mês, variando os dias da semana. Quanto ao assunto, verificamos que a maioria dos editoriais de *A Gazeta* se referem, grosso modo, à política, à economia e à administração pública. Diante dessa constatação, para não irromper na repetição durante as análises, escolhemos os assuntos de acordo com a abordagem “geográfica”, isto é, variando entre discussões que envolvem município, estado, nação e mundo, totalizando, com base no exposto, cinco editoriais como *corpus*, conforme se segue:

EDITORIAL 1

Publicação: A GAZETA Vitória (ES), terça-feira, 17 de junho de 2008

Título: Lista de candidatos com ficha suja

Assunto: Divulgação de lista com o nome dos candidatos/ políticos que respondem a processos judiciais.

EDITORIAL 2

Publicação: A GAZETA Vitória (ES), segunda-feira, 22 de setembro de 2008

Título: Quadro a ser modificado

Assunto: Reivindicação de maior fiscalização nas estradas estaduais e federais, a fim de evitar acidentes provocados por más condições das rodovias ou negligência dos motoristas.

EDITORIAL 3

Publicação: A GAZETA Vitória (ES), domingo, 2 de novembro de 2008

Título: Reforma agora, não

Assunto: Necessidade de o governo adiar a reforma tributária, necessária, mas inadequada, diante da crise econômica mundial.

EDITORIAL 4

Publicação: A GAZETA Vitória (ES), domingo, 9 de novembro de 2008

Título: Impunidade no trânsito

Assunto: Meses após a criação da Lei Seca, a união álcool-direção ainda causa muitos problemas no trânsito. E o pior: a impunidade é grande, mesmo em se tratando de acidentes com vítimas fatais.

EDITORIAL 5

Publicação: **A GAZETA** Vitória (ES), quarta-feira, 31 de dezembro de 2008

Título: Discurso da Virada

Assunto: Presidente Lula inaugura primeira etapa de um parque em Recife e, no discurso, aproveita para falar da superação da crise econômica mundial. Injeta ânimo tanto na população carente quanto nos investidores.

3.2 MÉTODO DE ANÁLISE

A análise dos textos é qualitativa, com base em três aspectos: o jornalístico, o narrativo e o argumentativo. Na abordagem jornalística identificamos os editoriais segundo a classificação de Melo (1985) e Beltrão (1980) quanto às características específicas do gênero (impessoalidade, topicalidade, condensabilidade e plasticidade) e no que se refere às variáveis de espécie (morfologia, topicalidade, conteúdo, estilo e natureza). Nessa parte da análise todos os editoriais são observados em conjunto, visto que ela diz respeito basicamente à caracterização do gênero e às interfaces de angulação e abordagem.

O aspecto narrativo e o argumentativo são vistos em conjunto. Primeiro destacamos o relato do editorialista, indicando as principais cláusulas narrativas que o formam, segundo noção de Labov (1972). Em seguida analisamos o caminho que o escritor percorreu para, embasado nessas cláusulas, construir a argumentação, conforme dois dos recursos apresentados por Koch em *Argumentação e Linguagem* (tópico 3.2 de nossa pesquisa) e, assim, atestarmos nossa hipótese.

Como se observa, nossa pesquisa é de cunho bibliográfico e nossa abordagem tem por base o método hipotético-dedutivo. Os editoriais são analisados no capítulo 4 (seis), a partir do contrabalanço dos dados com as teorias propostas.

4 AS INSERÇÕES NARRATIVAS COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA EM EDITORIAIS DE A GAZETA

Analisando os aspectos jornalísticos de todo o *corpus*, podemos verificar que todos os editoriais correspondem ao enfoque temporal apontado por Beltrão (1980) e Melo (1985) como característica do gênero, isto é, os textos apresentam temas relevantes no momento histórico em que acontecem.⁴⁶ Os temas são os seguintes:

EDITORIAL 1: Com o título “Lista de candidatos com ficha suja”, a política nacional é o tema abordado. Entendemos que a tese defendida pelo escritor é a de que há pessoas lutando pelo impedimento de candidatos de má conduta e, diante disso, há esperança de que a corrupção seja reduzida.

EDITORIAL 2: O texto intitulado “Quadro a ser modificado” tem como tema central a administração pública, mais especificamente a responsável pela administração das rodovias federais. Apesar de citar a BR que passa pelo Espírito Santo, o escritor cita outros trechos brasileiros, abordando, assim, tanto o nível estadual quanto o nacional.

EDITORIAL 3: “Reforma agora, não” é um texto que se baseia na economia federal e tem como tese o fato de que, apesar da necessidade de uma reforma no sistema tributário, o momento, de crise econômica mundial, não é oportuno nem prudente.

EDITORIAL 4: A administração pública é mais uma vez o tema. O texto “Impunidade no trânsito” tem um título que expressa bem o tema abordado – a punição praticamente inexistente em crimes praticados no trânsito. A tese defendida pelo editorialista é a de que, apesar da Lei Seca, ainda é alto o número de crimes envolvendo bebida alcoólica e direção, e, por isso, é necessário que as autoridades competentes tomem medidas mais severas.

⁴⁶ Até gostaríamos de citar o ambiente informativo e opinativo a que se referem os editoriais nas publicações citadas, mas isso seria demasiado longo.

EDITORIAL 5: Em “Discurso da virada” o autor escreve sobre a política, mais uma vez em nível nacional. Após citar um discurso do presidente Lula no Nordeste, o editorialista, reconhecendo que as medidas adotadas pelo governo para “reter” as consequências da crise no Brasil, encerra o texto com a tese de que outras medidas são necessárias para que as empresas e indústrias continuem investindo.

No que se refere à identidade redacional do *corpus*, podemos observar que nenhum editorial é assinado, confirmando a impessoalidade e o fato de a empresa jornalística assumir a responsabilidade pelo texto. Conforme exposição acima, confirmamos também a topicalidade de cada editorial que, apesar de abordar temas amplos, como política e economia, faz sempre a delimitação do tema logo no “linha fina”. Quanto à condensabilidade, verificamos que o editorial tem seu espaço preestabelecido, variando entre 10 e 12 parágrafos e, como se vê nos originais (em anexo), o formato é bem definido. Por fim, sobre a plasticidade, observamos que, nos textos, os fatos não só são apresentados, mas também são colocados de forma maleável, sem autoritarismo. Além disso, normalmente, não se trata de um evento ocorrido num único momento, pois há o acompanhamento dos fatos, como quando o autor do *EDITORIAL 1* cita dois relatos, um principal (a decisão do TSE em divulgar a lista) e um ocorrido no ano anterior, que remete ao primeiro evento citado.

Observadas as características redacionais, passamos a identificar a espécie de cada editorial. A *Gazeta* publica apenas um texto identificado como “editorial” em cada edição, o qual, segundo a *espécie morfológica* de Beltrão (1980) se refere ao artigo de fundo, ou seja, o editorial principal.⁴⁷ Em relação ao *conteúdo*, verificamos que, em todos os textos, os assuntos são tratados basicamente de forma esclarecedora, entendendo, assim, que, apesar de em alguns momentos percebermos tons normativos ou educadores, eles podem ser classificados como editoriais informativos. Outras características de espécie comuns a todo o *corpus* são o estilo e a natureza. Ainda que, numa hermenêutica particular, seja possível identificar tentativas de sensibilização por parte do editorialista, os editoriais têm *estilo* intelectual, basicamente. Em todo o tempo, o autor escreve criando questões que se aproximam muito mais da razão que da emoção, o que requer acompanhamento

⁴⁷ Além do editorial principal, as edições de AG apresentam algumas notas.

racional do interlocutor a partir da apresentação dos fatos. Sobre a *natureza* textual, poderíamos denominar os textos em análise circunstanciais, correspondendo ao oportunismo dos acontecimentos em discussão e ao imediatismo das questões. Todavia, se considerarmos o fato de que possivelmente uma empresa não publica nada que seja incoerente com sua linha institucional, isto é, com seus valores, podemos também afirmar que os editoriais são promocionais. Além disso, entendemos que todo editorial, mesmo que à primeira vista não se apresente de maneira contestadora e/ou provocadora, essas características são intrínsecas ao *corpus*, já que, pela “simples” apresentação da tese, o leitor, conscientemente ou não, provavelmente se sentirá provocado a tomar uma atitude ou pelo menos a pensar sobre o tema, o que caracteriza o editorial também como polêmico, em nossa opinião.

No quesito *topicalidade*, entendemos que o EDITORIAL 1 é de espécie preventiva, visto que a divulgação da lista de candidatos com ficha suja pode gerar mudanças, como afirma o editorialista no último parágrafo. A mesma classificação pode ser dada ao EDITORIAL 3. No EDITORIAL 2 há a apreensão de fatos ligados à precariedade de algumas rodovias e a análise das possíveis causas do problema, ocorrido não só em estradas do Espírito Santo, mas em vários pontos do Brasil. Diante disso, segundo terminologia de Beltrão (1980), trata-se de um editorial de ação. É o mesmo caso do EDITORIAL 4, em que o autor aponta a necessidade de mudanças na Lei Seca para sua maior eficácia. Quanto ao EDITORIAL 5, o escritor avalia o discurso de Lula e faz algumas deduções a respeito da repercussão do fato, sendo, portanto, um editorial de consequência, conforme nomenclatura de Beltrão.

Estreitando as análises, observamos agora a narração e a argumentação presente nos editoriais apresentados.⁴⁸

⁴⁸ Ao longo das análises, frisamos o mundo narrado em *itálico* e o mundo comentado em **negrito**, para melhor identificação.

EDITORIAL 1

Em “Lista de candidatos com ficha suja” o fato desencadeador é descrito entre o segundo e o quarto parágrafo:

§ 2 A corte “*concluiu* o julgamento de uma questão levantada no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.”

§ 3 O tribunal paraibano *questionou* a possibilidade de incluir em uma resolução do TSE a obrigatoriedade de informar à Justiça Eleitoral os processos judiciais em que possíveis candidatos sejam réus. E *sugeriu* a apresentação de documentos para comprovar a integridade do futuro candidato.

§ 4 O TSE *atendeu*. *Observou* a Lei 9.505/97 (que **estabelece** normas para as eleições).

Antes de detalhar o relato, conforme noção de narrativa de Labov (1972), vale registrar que o editorialista aponta outra narração, referente a um fato anterior ao citado acima. Depois de informar, no sétimo parágrafo, como foi a votação em que o TSE permitiu a candidatura de políticos que ainda não tenham sido julgados em última instância, nos dois parágrafos seguintes o autor se refere à primeira manifestação do ministro Ayres Britto contrária a essa candidatura:

§ 9 Em 2006 *foi julgado* o recurso do ex-deputado federal Eurico Miranda (PP-RJ), que *teve* o pedido de registro de candidatura negado pelo TRE do Rio de Janeiro. Porém, o TSE *entendeu* que o presidente do Vasco *poderia* disputar as eleições mesmo respondendo a processos judiciais. Ayres Britto *votou* contra.

Este segundo fragmento em destaque é o que fundamenta os fatos que compõem as cláusulas narrativas principais, no primeiro fragmento. É a primeira parte narrativa em destaque que mais ancora os comentários, como veremos a seguir, e, por isso, é a ela que daremos ênfase.

No primeiro relato temos quatro cláusulas narrativas, coordenadas da seguinte forma:

§ 3 O TRE paraibano *questionou* [...] e *sugeriu* [...].

§ 4 O TSE *observou* a lei [...] e *atendeu* [...].

Como se vê, a coordenação se dá no nível semântico. São essas cláusulas que dão base aos comentários do editorialista, conforme abaixo:

§ 4 O TSE *atendeu*. *Observou* a Lei 9.505/97 (que **estabelece** normas para as eleições). O texto legal **prevê** que no registro de candidaturas, sejam apresentadas certidões criminais dos postulantes a cargos públicos.

§ 5 Ayres Britto **vai se reunir** com os demais ministros do TSE para discutir a melhor forma de pôr em prática esse serviço em favor da transparência e da moralidade. “A Justiça Eleitoral **vai cumprir** o dever de informar o eleitor sobre a personalidade e a vida pregressa dos candidatos”, *disse*. Uma das idéias **é** publicar as listas no site do próprio tribunal.

§ 6 **É** muito importante para a população saber quem **está pedindo** o seu voto. E que entre esses **existem** condenados pela Justiça, em primeira e em segunda instância, querendo representá-la. Ou estar à frente do Executivo. Assim, sabendo de quem **se trata**, **vota** em criminoso quem quer. No entanto, com certeza, a grande maioria da população **deseja** urnas limpas.

Neste último bloco sublinhamos as instituições que servem como argumento por autoridade polifônica. Em *itálico* estão os verbos do mundo narrado e em **negrito** os do mundo comentado, conforme noções de Weinrich (1967) e Koch (1984). No editorial completo identificamos 13 verbos do mundo narrado⁴⁹ e 32 do comentado, distribuídos ao longo do texto, juntamente com verbos do grupo nomeado por Weinrich de semitempos, ou seja, verbos que dependem de outros tempos do contexto para serem interpretados.

No Texto, depois de relatar a observância da lei, o autor descreve o conteúdo dela com o apoio dos tempos verbais “estabelece” e “prevê”, ainda no quarto parágrafo. A própria lei, numerada e descrita, serve como argumento por autoridade polifônica, visto que representa o Judiciário. Apesar de o autor do texto citar a “iniciativa” do TRE-PB, a apresentação de certidões criminais já estava prevista em lei, ou seja, era/é uma obrigatoriedade. Podemos comprovar isso com o verbo “observou” (isto é, *atentou-se para*), no §4. A decisão citada dá a entender, assim, que a lei não estava sendo cumprida. Isso justifica o uso do sintagma “pôr em prática” e do futuro perifrástico “vai cumprir”, no §5. A inserção do número da lei e o seu resumo contribuem consideravelmente para que o editorialista se resguarde de qualquer responsabilidade sobre a fala.

⁴⁹ Incluindo o verbo “afirma”, do décimo parágrafo, que tem valor de pretérito perfeito (afirmou): “Segundo Ayres Britto, a decisão tomada na semana passada pelo TSE [...]. *Afirma* que a questão pode ser rediscutida [...]”.

No §6 o escritor se dirige ao leitor de forma muito clara ao comentar que, depois de divulgada a lista, “vota em criminoso quem quer”. Para amenizar sua crítica, ele afirma: “com certeza, a grande maioria da população deseja urnas limpas”. Nos dois últimos parágrafos do texto temos ainda:

§ 11 Há um clamor generalizado visando a impedir a candidatura de pessoas de má conduta. Nesse sentido, 36 entidades **tentam recolher** 1,3 milhão de assinaturas em todo o país para apresentar ao Congresso um projeto de lei de iniciativa popular.

§ 12 É uma esperança que **surge**.

Com esses comentários o jornalista encerra a tese confirmando a afirmação de que é desejo geral que as eleições sejam corretas. E que a decisão em divulgar os nomes pode contribuir muito para a satisfação desse desejo.

Portanto, entendemos que o editorialista estrutura argumentos para tentar convencer o auditório de que é dever do TSE cumprir a lei, e é dever do eleitor ser criterioso na eleição.

EDITORIAL 2

Em “Quadro a ser modificado” consideramos o seguinte fragmento para análise:

§ 2 [...] Na terça-feira [...], indignados com o grande número de acidentes, cerca de 400 moradores do trecho à altura do município de Fundão *fizeram* um protesto público. *Fecharam* as pistas de rolamento nos dois sentidos. Nelas, *incendiaram* pneus, sofás, pedaços de madeira e outros objetos, impedindo a passagem de veículos, durante algum tempo. Um lamentável transtorno ao direito de ir vir das pessoas, embora **se entenda** a razão da revolta.

§ 3 Mas, quando a BR 101 **oferecerá** condições mais seguras ao tráfego? Essa **é** a pergunta que não **cala**. E não **é** restrita a essa estrada. **Aplica-se** a inúmeras outras. No entanto, as ocorrências **mostram** que o trajeto capixaba da 101 requer atenção especial das autoridades. **É** necessário esforço urgente, na área da fiscalização. O quadro **é** alarmante.

§ 4 Acidentes envolvendo veículos são provocados por inúmeras causas. Na BR 101 **se imagina** que um dos fatores preponderantes sejam as condições inadequadas da pista, em diversos trechos. Foi projetada para um número de veículos muito menor do que o visto atualmente, e que não **pára** de crescer. Até para o cidadão comum, leigo em engenharia de trânsito, **parece** clara a necessidade de reforma nessa rodovia.

§ 5 A BR 101 **integra** a terceira etapa das concessões previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essa **é** a esperança que **tem** a sociedade de dispor de melhores condições de trânsito – certamente, com menos acidentes.

[...]

§ 7 **Deve-se ter** presente que a violência no trânsito **é** um problema generalizado no país. **Envolve** não só rodovias, mas também ruas, praças e avenidas em perímetros urbanos. Os acidentes **se multiplicam** e alguns **têm** proporções impressionantes. Um desses casos *ocorreu* sábado e *vitimou* oito capixabas de uma mesma família na BR 364, em Mato Grosso.

[...]

§ 10 Registre-se que desde o último dia 20 de julho, quando *entrou* em vigor a Lei 11.705, que **altera** o Código de Trânsito Brasileiro, a chamada Lei Seca, os desastres com mortes no trânsito *diminuíram* significativamente.

§ 11 Mas ainda **há** muito o que fazer para diminuir a violência no trânsito. Boas estradas **é** [sic] condição básica. Além disso, especialistas **recomendam** melhoria na prática fiscalizatória e investimentos maciços em políticas educacionais.

Observamos no texto completo 36 verbos do mundo comentado e 11 do narrado, além das formas verbais do semitempo. Abaixo, destacamos as cláusulas narrativas que atuam especialmente como desencadeadoras de comentários:

§ 2 Cerca de 400 moradores [...] *fecharam* [...] e *incendiaram*...

§ 7 Um acidente *ocorreu* [...] e *vitimou*...

§ 10 ...desde [que] *entrou* em vigor a Lei 11.705/2008 [...] os desastres com mortes no trânsito *diminuíram*...

Dos comentários diretamente ligados ao parágrafo dois iniciam-se no §3, com o questionamento que abriga o futuro do presente “oferecerá” (“Quando a *BR 101* oferecerá condições mais seguras ao tráfego?”). E o autor continua: “...é a pergunta que não cala”, o que reforça a ideia de que as reivindicações são antigas, como os problemas. Vale a pena observar, todavia, que o editorialista não se refere objetivamente às autoridades competentes nesse trecho, visto que “responsabiliza”, inicialmente, a BR 101, conforme grifo acima. O direcionamento só ocorre no fim do parágrafo, quando, ancorado nas ocorrências apontadas, o escritor informa sobre a necessidade de providências, incluindo o presente dos verbos “mostrar” e “ser”. Ele conclui esse comentário afirmando que “o quadro é alarmante”, ou seja, requer urgência.

No §4, com base no fato apresentado no §2 ainda, o autor se apoia numa autoridade para argumentar – o PAC. Segundo o texto, a BR 101 está incluída no Programa de Aceleração do Crescimento e, com isso, há possibilidades de diminuição dos acidentes nos trecho citado.

A segunda narrativa mínima, no sétimo parágrafo, aponta para o comentário que a antecede, em que o editorialista amplia o campo de análise, do estadual para o nacional. Ele afirma: “... a violência no trânsito [...] envolve não só rodovias... Os acidentes se multiplicam e alguns têm proporções impressionantes”. O que deve impressionar são as mortes causadas pela falta de condições e fiscalização das pistas de rolamento.

A última mininarrativa proposta para análise é a do §10. Ali o autor narra amparado pela Lei Seca (11.705/2008), que servirá de argumento por autoridade polifônica no parágrafo seguinte, quando chama a atenção, além da necessidade de investimento e fiscalização nas estradas, para a importância da conscientização quanto à educação no trânsito. Ao mesmo tempo em que lança um olhar positivo diante da criação da lei citada, o editorialista se remete, indiretamente, ao leitor. Espera-se que o motorista seja consciente, especialmente em más condições das vias.

EDITORIAL 3

O editorialista de “Reforma agora, não” insere as mininarrativas logo no segundo parágrafo, conforme trecho abaixo:

§ 2 Cautela *foi* a palavra mais pronunciada pelos governadores do Sudeste – Paulo Hartung (ES), Aécio Neves (MG), Sérgio Cabral (RJ) e José Serra (SP), que se *reuniram* na quinta-feira, em Belo Horizonte. Eles *fizeram* uma avaliação da nova situação econômica no mundo e a sua repercussão.

Do fragmento destacamos:

§ 2 ...governadores do Sudeste [...] se *reuniram* [...] e *fizeram*...

As formas verbais marcadas constituem as cláusulas narrativas que embasam a maioria dos comentários no texto. Com o apoio do argumento por autoridade polifônica (sublinhado), o autor vai embasando sua tese até chegar à conclusão.

Ao longo desse editorial verificamos 35 verbos do mundo comentado e 14 do mundo narrado, incluindo os inseridos na linha fina. Com riqueza de comentários, logo no primeiro parágrafo, antes mesmo de inserir a mininarrativa destacada acima, o escritor contextualiza, informando o motivo do encontro:

§ 1 A mais grave crise de liquidez registrada na história do capitalismo **exige** necessariamente ajustes macroeconômicos em todos os países. O Brasil não **é** exceção. No novo cenário, o desempenho fiscal **é** fortemente afetado nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal. Então, o bom-senso **recomenda** que nessa situação, seja adiada a aprovação do projeto de reforma tributária que **se arrasta** no Congresso.

São cinco verbos conjugados no mundo comentado para, então, introduzir no §2 o substantivo que resume o resultado do encontro: “cautela”. Esta palavra corresponde à recomendação do bom senso (“o bom-senso recomenda que nessa situação, seja adiada a aprovação do projeto de reforma tributária que se arrasta no Congresso”), citado no §1. Mas é a partir do §6 que o maior número de avaliações são feitas.

§ 6 Mas a realidade **indica** como inevitável a desaceleração da economia, o que por si já **cria** perspectivas fiscais negativas para as unidades da federação. **É** esse quadro que **está levando** os governadores a adotar a medida em seus Estados.

§ 7 O mesmo **deve ser** feito no âmbito das municipalidades pelos prefeitos que **tomarão** posse em 1º de janeiro. A economia não **sorri** como na época em que *decidiram* se candidatar. A festa *acabou*. E não **se sabe** quanto tempo mais **irá durar** a crise. O fato incontornável **é** que ela **exige** uma releitura do planejamento do setor público feito com base em parâmetros fiscais anteriores ao impasse financeiro – que *se agravou* a partir de setembro. As dificuldades de liquidez **existem** e **podem** aumentar, apesar do esforço dos bancos centrais, no Brasil e no mundo, para injetar dinheiro na economia.

§ 8 A mudança no cenário mundial *encontrou* o Brasil fortalecido em seus fundamentos econômicos, mas, ao mesmo tempo, descuidado na gestão fiscal do governo federal – ao contrário do que **é visto** em alguns Estados (o que **ameniza** o quadro geral). Não fossem procedimentos fiscais irrecomendáveis praticados em Brasília, certamente *seriam* melhores as condições brasileiras para enfrentar turbulências.

§ 9 É notória, até inquestionável, a falta de vontade política do Palácio do Planalto para enxugar gastos de má qualidade, ligados ao custeio da máquina pública – que **tem crescido** nos últimos anos. No entanto, não **se deve** descartar a hipótese de que o desdobramento da crise **pode** obrigar cortes, hoje não cogitados, de despesas. Então, o próprio governo central, autor do projeto de reforma tributária, **tem** na incerteza um forte motivo para não querer levá-lo adiante nas atuais circunstâncias.

[...]

§ 11 Agora, o momento **é** inadequado. Fazê-la de qualquer modo *seria* incorrer em imprudência.

Mesmo reconhecendo que o plano de reforma “se arrasta” (§1), a realidade, isto é, a crise econômica mundial, “indica” a necessidade de desacelerar a economia para se evitem grandes perdas, já que a própria desaceleração já corresponde a situações financeiras negativas. É justamente isso que justifica a “cautela” citada no início do texto em relação ao encontro dos governadores do Sudeste. Com essa avaliação, o autor do texto comenta a necessidade de a medida ser estendida em todo o país, começando pelos governos municipais: “A economia não sorri [...]. E não se sabe quanto tempo mais irá durar a crise. O fato incontornável é que ela exige uma releitura do planejamento do setor público [...]. As dificuldades de liquidez existem e podem aumentar...” (§7).

No nono parágrafo, ao mesmo tempo em que justifica o emprego verbal “se arrasta” (§1), o autor do editorial dá mais um argumento para o adiamento da reforma – a incerteza da manutenção do plano.

Como se observa, o editorialista cita motivos e justificativas para a decisão cautelosa dos governantes que se reuniram para discutir a situação econômica do Brasil. Mas o último parágrafo do texto dá a entender que o acordo não foi apenas uma atitude cautelosa, mas prudente. Mesmo antes da crise identificava-se a importância de se estudar mais a reforma. Podemos ver isso nos parágrafos quatro e cinco, nos quais o autor discorre sobre a problemática do ICMS em caso de reforma tributária (“...o projeto de reforma [...] já causava preocupações fiscais...” - §4; “Economias que realizam grandes volumes de vendas para outros Estados seriam fortemente afetadas...” §5).

Com isso, compreendemos que a decisão em contrário incorreria em imprudência, não só pelas incertezas geradas com a eclosão da crise, mas também pelos desperdiçados momentos favoráveis às mudanças tributárias, como é informado no décimo parágrafo: “...várias circunstâncias muito boas, algumas maravilhosas, para fazer tal reforma foram desperdiçadas tanto pelo governo de Lula quanto pelo de FHC”).

EDITORIAL 4

No texto “Impunidade no trânsito” o editorialista usa a seguinte sequência narrativa como derivadora dos principais comentários:

§ 3 ...um motorista *colidiu* [...] e *arrastou* o motociclista por mais de 100 metros [...]. *Restringiu-se* ao pagamento de fiança [...] e *foi liberado*.

A narrativa acima foi inserida depois de o autor do texto noticiar a publicação de *A Gazeta*, em 07-11-2008, acerca do alto número de inquéritos na Delegacia de Trânsito de Vitória por causa de mortes em acidentes automobilísticos.

Os primeiros comentários seguintes à narração já incluem um argumento por autoridade polifônica, como se vê abaixo:

§ 3 ...Na quarta-feira, na direção de uma possante camionete, um motorista, que *confessou* ter tomado “apenas oito cachaças”, *colidiu* com uma moto e *arrastou* o motociclista por mais de 100 metros, na BR 262, em Cariacica. A punição imediata ao infrator *restringiu-se* ao pagamento de fiança. Isso feito, *foi liberado*.

§ 4 Todo mundo **sabe** do potencial de tragédia presente na combinação álcool e volante. Porém não **são** poucos os que **insistem** em “arriscar”. Não é difícil imaginar que uma das motivações desse ímpeto é a presunção da impunidade. “**Há** uma banalidade do crime de trânsito, mesmo quando provoca morte”, *diz*⁵⁰ o titular da delegacia especializada em Vitória, Fabiano Contarato, acrescentando que a “lei *foi feita* para proteger a classe média”.

⁵⁰ Este é um caso de metáfora temporal, conforme explanações de Weinrich (1968, p. 137ss). O presente empregado nesse enunciado tem valor de pretérito perfeito (disse), levando-se em conta a narração, isto é, a situação comunicativa.

Constata-se um descaso em relação às mortes no trânsito causadas pela ingestão de álcool antes da direção de veículos, mas a afirmação está ancorada na fala de uma autoridade no assunto.

A partir da inserção do argumento acima, outros dois são incluídos:

§ 5 Indiscutivelmente, o número de motoristas alcoolizados **continua desafiando** as autoridades. Estatísticas da Polícia Rodoviária Federal no Espírito Santo mostram que, após a Lei Seca, o número de multas aplicadas a motoristas alcoolizados *creceu* 129% nas rodovias que **cortam** o Estado. O levantamento **abrange** o período de 20 de junho a 20 de outubro de 2008 comparado com o mesmo espaço de tempo do ano passado. O crescimento **é atribuído** ao aumento da fiscalização – o que **evidencia** a necessidade de se intensificar essa prática.

§ 6 A percepção de quanto **é** útil a ação repressiva abrangente também **fica** clara diante dos números da operação Madrugada Viva, realizada em conjunto por fiscais do Detran e policiais do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar. A aplicação do teste do bafômetro *resultou* na apreensão de 963 carteiras nacionais de habilitação, de 5 de janeiro a 27 de outubro deste ano, na Grande Vitória. No interior do Estado, no mesmo período, *houve* 524 apreensões.

§ 7 A lei [Seca] **diz** que condutor flagrado no teste do bafômetro **pagará** multa no valor de R\$ 957,70 e **poderá ter** o direito de dirigir suspenso por tempo que **varia** de quatro a doze meses. Na reincidência a suspensão **pode** chegar a dois anos. Mas as estatísticas **sugerem** baixo poder de inibição do texto legal. **É** uma situação que não **deve** continuar. Requer providências por parte do poder público, tanto o Executivo quanto o Congresso. **Há** que se encontrar uma formulação legislativa de maior eficácia nos seus efeitos.

Apesar de citar várias instituições, apenas as estatísticas da PRF/ES atuam como argumento por autoridade polifônica nessa parte do texto. No primeiro caso (§5), o escritor se apoia nos números da entidade responsável pelo trânsito no Espírito Santo para confirmar a irresponsabilidade de alguns motoristas, que insistem em unir álcool e volante, mesmo depois da criação de uma lei específica para o caso. E outra reflexão pode ser feita a partir da afirmação de que, segundo dados da própria Polícia Rodoviária, o número de multas a condutores alcoolizados aumentou após o estabelecimento da lei: ou a fiscalização aumentou (o que é positivo) ou a fiscalização está estável, se comparada ao mesmo período do ano anterior, havendo certa recusa à Lei Seca (“...após a Lei Seca, o número de multas aplicadas a motoristas alcoolizados *creceu* 129% nas rodovias que **cortam** o Estado”).⁵¹

⁵¹ Segundo a teoria de Ducrot e esclarecimentos de Koch em *Argumentação e linguagem* (2006a), há diferença entre argumento de autoridade e argumento por autoridade polifônica, como explanamos antes. É com base nessa diferença que não consideramos a Lei Seca como argumento por autoridade, visto que o editorialista a cita, mas não a usa concordemente, criticando sua pouca eficácia de acordo com sua disposição textual. Isso será observado melhor mais adiante.

Para construir a argumentação desse editorial o autor empregou 13 verbos do mundo narrado e 35 do mundo comentado. Para finalizar a tese, o escritor faz os comentários avaliativos finais:

§ 9 Se aprovado, certamente **produzirá** resultados. Mas, como medida isolada, previsivelmente **terá** efeitos limitados. O quadro de violência apavorante no trânsito **exige** regras de repressão e punição muito mais rigorosas do que as atuais.

§ 10 A sensação de impunidade **precisa** ser banida do trânsito. **Representa** acinte à sociedade. Além de alterações legislativas, também não **devem ser** poupados investimentos no plano educacional.

A conclusão da tese retoma o primeiro parágrafo, quando o autor escreve: “A impunidade para os crimes cometidos no trânsito é um desafio cada vez maior para a sociedade...”. A solução, portanto, é um desafio que requer ação legal e educacional.

EDITORIAL 5

Em “Discurso da virada”, em que o editorialista insere aproximadamente 35 verbos do mundo comentado e 13 do mundo narrado, temos duas narrativas mínimas evidentes. Seguindo a sequência de acontecimentos, a primeira narrativa encontra-se no quarto parágrafo e a segunda no entre o primeiro e o segundo parágrafos, conforme a seguir:

§ 4 ...*estourou* a grande bolha no sistema financeiro [...] e o Banco Central *fez* [...] alterações...

§ 1 ...Lula *declarou* [...] e **§ 2** *garantiu*...

Sendo assim, destacamos inicialmente este fragmento do texto:

§ 1 No Nordeste, região de menor renda per capita do país, Lula *declarou*, no último discurso do ano, que “os pobres não **pagarão** a conta da crise”. *Foi* coerente com o seu tom. A defesa das faixas populacionais de baixa renda **tem sido** a bandeira – de largo uso político – do governo.

§ 2 No mesmo pronunciamento – feito em Recife, na inauguração da primeira etapa de um parque que **leva** o nome de sua mãe, Dona Lindu -, o presidente

garantiu: “Não **vamos travar** a economia por conta da crise, não **queremos** que os empresários deixem de fazer investimentos”.

§ 3 Aí **está** mais do que uma fala de fim de ano. **É** discurso de virada de situação. A conotação **é** inequívoca: o país **vai vencer** a crise. Todo mundo **espera** que sim. Na verdade, **está vencendo**. Ninguém **tem** dúvida de que a economia brasileira **continuará crescendo** em 2009. O desafio **é** superar o patamar entre 2,5% e 2,8% previsto pela maioria dos cenaristas.

§ 4 **É** dever de justiça reconhecer o conjunto de medidas adotadas pelo governo para dar alento à economia. **Tem sido dispensada** atenção especial à liquidez. Desde setembro, quando *estourou* a grande bolha no sistema financeiro internacional, o Banco Central *fez* dez alterações no depósito compulsório recolhido à autoridade monetária. Isso *foi* essencial no período de maior volatilidade dos recursos.

Assim, pode-se notar que a primeira narrativa, já no meio do texto, é que contextualiza a menção da crise no discurso feito pelo presidente em Recife.

Mas o editorialista sustenta o enunciado “Ninguém tem dúvida de que a economia brasileira continuará crescendo” (§3) apontando nos parágrafos seguintes as justificativas para tal afirmação, como se vê no trecho abaixo:

§ 5 Agora, felizmente, a área financeira **está** mais estabilizada, mas o governo **continua atuando** para manter o fluxo de compra de carteiras de bancos menores por instituições maiores e mais sólidas. Para não inibir essa prática, o Conselho Monetário Nacional *tomou* importante decisão na última sexta-feira: *adiou* para 2010 a prestação de contas sobre as aquisições, por meio dos balanços.

§ 6 Setores estratégicos na composição do PIB, e na geração de empregos, também **têm recebido** apoio do governo. **Ganharam** gordo volume de crédito, por intermédio de antigas e novas linhas bancárias. As ofertas de financiamento **se concentram** na agropecuária, na indústria automobilística e na construção civil, com forte viés na área habitacional. **Há** poucos dias, o Conselho do FGTS *aprovou* uma linha de R\$ 3 bilhões para construtoras, além de *estabelecer* que trabalhadores com renda de até R\$ 2 mil **terão** juros mais baixos para adquirir a casa própria.

§ 7 Até nos impostos o governo **tem feito** mexidas com o objetivo de incentivar o consumo. O IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) *foi zerado* temporariamente nas operações de compra de carros de motor até 2.0. Já o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) incidente sobre o crédito ao consumidor *caiu* pela metade. Em relação ao Imposto de Renda, *foram criadas* mais duas alíquotas na tabela de desconto, favorecendo a classe média – o que **deverá ter** reflexo no nível de compras no comércio e nas atividades de serviços.

§ 8 Por fim, **merece** destaque a melhoria na legislação do Supersimples. *Foi criada* a figura do microempreendedor individual (MEI), objetivando formalizar profissionais com receita bruta de até R\$ 36 mil por ano.

Para argumentar, então, o escritor descreve várias medidas adotadas pelo governo para garantir certa estabilidade durante a crise econômica mundial.

Para concluir a tese, o editorialista retoma o dito no terceiro parágrafo (“o país vai vencer a crise” e “a economia brasileira continuará crescendo”) e aponta medidas que fortalecerão a confiança dos empresários:

§ 9 Esse amplo leque de providências **mostra** que o discurso da virada, feito pelo presidente Lula, **está amparado** em vigorosa disposição do governo em promover o crescimento econômico. Essa demonstração **deve continuar** a ser exercida, porque os reflexos da crise externa não **cessaram**.

§ 10 Na sequência das ações do governo **esperam-se** novas reduções tributárias (porque a carga de impostos **permanece** elevadíssima) e a imediata diminuição de impostos. Assim, as empresas **terão** razões mais fortes para investir, como **pede** o presidente da República.

Esperar por “novas reduções” para que os empresários tenham mais confiança em investir sugere que a crise ainda é preocupante, apesar das várias iniciativas do governo para evitar alardes.

4.1 OBJETO DE CONTEXTUALIZAÇÃO

É concebível a ideia de que as informações não são de conhecimento de todas as pessoas. Sabendo disso, o editorialista utiliza inserções narrativas como meio de informar sobre o de que se trata ou pelo menos fazer com que os leitores relembrem os fatos, de forma a esclarecer a discussão para que os leitores do editorial se integrem melhor ao tema. Dessa forma, as narrativas inseridas nos editoriais têm como uma de suas funções a de fazer com que um assunto seja mutuamente conhecido.

Isso é necessário porque, quando se comunica, conforme Sperber & Wilson, a intenção é a de alterar o ambiente cognitivo de quem “recebe” a mensagem e fazer com que os processos reais do pensamento do interlocutor sejam afetados. Para isso utiliza-se o contexto, que é o conjunto de premissas usadas na interpretação de uma elocução. A construção do contexto se dá psicologicamente, a partir de um subconjunto de suposições que o ouvinte tem do mundo. São essas suposições que afetam a interpretação de uma elocução, não sendo o contexto, portanto, limitado às elocuções anteriores. Ele refere-se também às expectativas do futuro, às hipóteses científicas, às crenças religiosas, anedotas, suposições culturais gerais e até às opiniões sobre o estado mental do interlocutor (SPERBER & WILSON, 2001).

Uma inserção narrativa traz à lembrança do receptor o assunto sobre o de que trata o editorial. Conforme Sperber & Wilson,

S é relevante em alguns dos contextos acessíveis, e a sua relevância será a de ajudar a recordar. Uma ajuda para recordar é relevante apenas em contextos que não contenham a informação em questão: a sua função é a de tornar essa informação acessível a um custo de processamento menor do que seria necessário para a obter através das extensões sucessivas do contexto. (2001, p.223)

[...] o facto de recordar alguma coisa a uma pessoa pode ser relevante: o esforço necessário para fazer a recuperação da memória de alguma informação relevante pode ser maior do que o esforço necessário para conseguir a mesma informação através da interpretação de uma elocução. Nessas circunstâncias, o recordar algo a alguém é relevante: os efeitos contextuais que produz podiam ter sido produzidos de outro modo, mas mais lentamente e a um custo maior de processamento (2001, p.231).

Nos editoriais analisados podemos perceber que os argumentos são ancorados o tempo todo nos fatos. E quando a estruturação argumentativa dependia de um fato relativamente distante, o editorialista não deixa de mencionar e contextualizar os acontecimentos. Como exemplo, apontamos o primeiro editorial analisado. Nesse texto, o fato que gera os principais comentários é o referente ao questionamento e à sugestão do TRE-PB, em meados de 2008. Mas, para ancorar o argumento que sustenta o comentário de que o ministro Ayres Britto, mesmo tendo sido voto vencido na época, continua tentando evitar a corrupção eleitoral, foi necessário citar o acontecimento de 2006, quase dois anos antes da decisão do Tribunal Superior Eleitoral. É bem provável que nem todos os leitores tinham conhecimento ou se lembravam do julgamento do ex-deputado Eurico Miranda e, para “homogeneizar” o auditório, a citação desse evento é relevante.

Portanto, concordamos com Sperber & Wilson quando afirmam que uma pessoa que comunica deseja realizar duas intenções: uma informativa, para tornar manifesto aos receptores um conjunto de suposições; e outra comunicativa, a fim de fazer sua intenção informativa mutuamente manifesta, o que coopera para a conclusão de que as narrativas (ou mesmo fragmentos delas) inseridas nos editoriais funcionam como um processo informativo para fazer com que determinado assunto seja de conhecimento de todos os leitores do editorial, ainda que essas inserções sejam breves.

4.2 ARGUMENTAÇÃO POR AUTORIDADE POLIFÔNICA

Além da contextualização, não se pode deixar de mencionar o aspecto argumentativo que as inserções narrativas têm nos editoriais.

Em relação feita por Sperber & Wilson (2001) entre contexto e relevância, eles afirmam que não se determina o contexto primeiro para depois se avaliar a relevância. Pelo contrário, as pessoas esperam que a suposição que está sendo processada seja relevante (de outro modo não se preocupariam em processá-la), e tentam selecionar um contexto que justifique essa esperança: um contexto que maximize a sua relevância.

Dito isso, admite-se a asserção dos autores citados de que “cada premissa é um argumento para a conclusão, ou uma evidência para a conclusão, dentro do contexto das outras premissas” (SPERBER & WILSON, 2001, p. 179).

A obtenção da máxima relevância faz parte do melhor contexto possível em que se possa fazer o processamento de uma suposição, porque uma das possibilidades que a linguagem nos dá é a de, entre outras coisas, “influenciar os pensamentos e as ações dos outros” (SPERBER & WILSON, 2001, p. 358), o que nada mais é do que argumentar em favor de determinado assunto para obter a concordância do receptor da mensagem sobre certa opinião, exatamente o que se propõe no editorial.

Mas, afinal, como essa argumentação ocorre? Segundo estudos de Koch, abordados na seção 1.2.2 desta pesquisa, pode-se afirmar que no gênero textual em questão o processo argumentativo ocorre especialmente por autoridade polifônica.

Para não repetir as proposições feitas sobre esse assunto no espaço dedicado neste trabalho aos estudos de Koch a respeito da argumentação (seção 1.2.2), destacamos apenas que, apesar do vocábulo “autoridade”, a argumentação por autoridade polifônica não se faz de forma autoritária ou ditatorial. O termo refere-se fundamentalmente ao fato de que o locutor utiliza em seu discurso um

acontecimento (relato) que tem como personagem ou pronunciador uma autoridade ou uma instituição representativa de autoridade. Dessa maneira o locutor (editorialista, neste caso) se exime da responsabilidade sobre a asserção feita, em caso de críticas.

A partir da escolha do contexto/inserção narrativa, o editorialista cria possibilidades argumentativas fortes, facilitando, assim, suas conclusões.

Para exemplificar, citamos o quarto editorial analisado, no qual o uso do argumento por autoridade polifônica é bem recorrente. Nesse texto temos como base quatro vozes: a do próprio editorialista; a de Fabiano Contarato, responsável pela delegacia de Vitória especializada em trânsito; a da Polícia Rodoviária Federal, que fornece estatísticas; e, por fim, a voz do Palácio do Planalto.

É interessante observar a riqueza polifônica nesse texto. Nem todos são pessoas físicas. A PRF representa um conjunto de pessoas, é a instituição responsável pelo controle fiscal e pela manutenção das vias. E o Palácio do Planalto é justamente o local onde se reúnem os representantes políticos do país.

O texto citado é rico em autoridades, mas vale observar que nem todas as autoridades citadas num texto servem de argumento por autoridade polifônica. As vozes inseridas pelo editorialista no quarto texto analisado, por exemplo, correspondem à definição de Ducrot porque servem de comentário, mas, mais do que isso, porque, além de gerarem comentários que concordam com a asserção feita pelo autor da “segunda voz”, são incontestáveis, como vemos a seguir:

[...] “Há uma banalidade do crime de trânsito, mesmo quando provoca morte”, diz o titular da delegacia especializada em Vitória, Fabiano Contarato, acrescentando que a “lei foi feita para proteger a classe média”. Indiscutivelmente, o número de motoristas alcoolizados continua desafiando as autoridades. Estatísticas da Polícia Rodoviária Federal no Espírito Santo mostram que, após a Lei Seca, o número de multas aplicadas a motoristas alcoolizados cresceu 129% nas rodovias que cortam o Estado. O levantamento abrange o período de 20 de junho a 20 de outubro de 2008 comparado com o mesmo espaço de tempo do ano passado.

O mesmo não acontece quando há a citação da Lei Seca, que representa a Justiça, a instituição legal brasileira, no mesmo editorial (§5). Inserir essa autoridade no texto não garante a concordância do autor que, no §7, escreve:

A lei diz que condutor flagrado no teste do bafômetro pagará multa no valor de R\$ 957,70 e poderá ter o direito de dirigir suspenso por tempo que varia de quatro a doze meses. Na reincidência a suspensão pode chegar a dois anos. Mas as estatísticas sugerem baixo poder de inibição do texto legal. É uma situação que não deve continuar. Requer providências por parte do poder público, tanto o Executivo quanto o Congresso. Há que se encontrar uma formulação legislativa de maior eficácia nos seus efeitos.

E para citar a baixa eficácia da lei, como se vê, o edioralista se fundamenta nas estatísticas da PRF/ES, outra autoridade geradora de argumentos.

A inserção de autoridades que não servem de argumento por autoridade também ocorre no editorial 3, em que o autor cita o Palácio do Planalto, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e o atual presidente do Brasil. A presença dessas entidades no texto é basicamente para contextualizar.

4.3 GARANTIA DE CREDIBILIDADE

A partir das evidências, isto é, da incorporação de evidências e da polifonia, ocorre a maximização da credibilidade do jornal. Assim, a credibilidade é consequência da contextualização e da argumentação por autoridade polifônica.

De acordo com Sperber & Wilson, há duas formas de se transmitir informação: uma, pelo fortalecimento de uma prova direta da informação a ser transmitida; e a outra, pela apresentação de uma evidência direta da intenção de alguém em transmiti-la. Esta última é chamada *comunicação inferencial*.

Para os pragmaticistas, segundo Sperber & Wilson (2001), a intenção informativa é tratada como uma intenção de induzir num receptor determinadas atitudes diante de certas proposições e é pelas declarações, basicamente, que se tenta induzir o alocutário a tomar certa proposição como certa.

A partir do momento em que o leitor percebe a presença de fatos narrados nos editoriais, torna-se mais propício à recepção da mensagem diante da comprovação do que é argumentado, isto é, por meio da apresentação da realidade ao se citarem relatos de acontecimentos a respeito do assunto, o receptor dá mais credibilidade à opinião exposta e, conseqüentemente, ao jornal - empresa veiculadora de informações.

Nas palavras de Sperber & Wilson,

a escolha de um contexto para os processos inferenciais em geral, e para a compreensão em especial, é em parte determinada em qualquer dado momento pelos conteúdos da memória do mecanismo dedutivo, pelos conteúdos do armazém das finalidades gerais das memórias de curto prazo, e pelos conteúdos da enciclopédia e pelas informações que podem ser imediatamente tiradas do ambiente físico [...] a seleção de um contexto especial é determinada pela procura de relevância. (SPERBER & WILSON, 2001, p.220)

Sendo assim, além de transmitir informações para que o público leitor do editorial tenha um conhecimento mútuo do assunto, ainda que em graus diferentes conforme os processos cognitivos de cada indivíduo, as inserções narrativas possibilitam a continuação da leitura e a assimilação de forma confiante por parte dos leitores.

A credibilidade, provavelmente, é a intenção final de uma empresa jornalística ao dar o *status* de opinião do jornal ao editorial. Comentar os assuntos sem evidências e sem citar pessoas e instituições envolvidas no tema abordado poderia soar superficialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nosso percurso teórico explanando sobre comunicação e, a partir desse processo, partimos para as considerações finais.

Nosso foco foi analisar como as inserções narrativas participam relevantemente do processo argumentativo nos editoriais de *A Gazeta*, mas isso não seria possível se não tivéssemos a linguagem como instrumento de realização das práticas sociais.

Tentamos interpretar e aplicar as noções de Argumentação, Narrativa, Relevância e Domínio Discursivo Jornalístico, a fim de contribuir com os estudos que envolvem a língua, esse fenômeno que só se realiza enquanto prática social, conforme destacamos inicialmente.

É na prática social, isto é, nas situações comunicativas, que atestamos que o sujeito é um participante ativo na produção social e na interação. Interação que tem lugar no texto, um evento comunicativo que envolve ações linguísticas, sociais e cognitivas, como bem afirma Beaugrande (1997). E assim também é o discurso. É difícil olhar o texto sem pensar no discurso e vice versa.

A estrutura textual depende da ação discursiva e ambos possibilitam a compreensão do texto. Assim, o sentido é visto como um jogo linguístico que tem o produtor textual, o texto estrategicamente organizado e o leitor/ouvinte como peças fundamentais, juntamente com o contexto, o qual favorece a compreensão nas situações comunicativas.

Admitindo que o sentido depende desses “personagens”, compreendemos, então, que as inserções narrativas, objetivo de contextualização, são instrumentos facilitadores da compreensão nos editoriais analisados.

O contexto, abordado de maneira singular na Teoria da Relevância, facilita não só a compreensão textual, mas o próprio processo argumentativo. Na busca pelo convencimento do leitor do jornal, o editorialista vê-se quase que obrigado a apontar evidências enquanto constrói sua argumentação. Essa necessidade parte do princípio de que os leitores estão cada vez mais críticos, mais observadores. Isso justifica a busca pelo convencimento em detrimento da busca pela persuasão no texto. Não que esta não esteja presente no texto, mas aquele torna-se mais eficaz por apresentar ao leitor argumentos ancorados na razão.

Os pressupostos de Perelman & Tyteca (1996) apontam dois tipos de auditórios alvos da argumentação. Com base nos pressupostos teóricos apresentados e nas análises feitas, observamos que, mesmo considerando o fato de que muitas vezes o jornal estabelece um diálogo com o Estado, como afirma Melo (1985), o processo

argumentativo é normalmente direcionado a um público mais amplo. O texto é sempre construído de forma a causar inquietação no maior número de leitores possível, abordando assuntos que envolvem de grupos restritos no governo à população em geral. E, independentemente dos personagens envolvidos na discussão, a população em geral é sempre participante, direta ou indiretamente.

Pensando nessa ligação e no direcionamento que se dá ao texto é que entendemos que os argumentos baseados na estruturação no real têm maior eficácia. Os fatos pressupõem acordo universal (cf. PERELMAN & TYTECA, 1996), o que favorece o convencimento dos leitores.

Mas, afinal, por que analisar a construção argumentativa em um gênero jornalístico? A escolha do gênero está diretamente ligada à riqueza linguística presente nesse domínio. O jornal impresso integra os mais diversos gêneros textuais com todas as suas variações tipológicas. Numa única página podemos encontrar textos verbais e não verbais, curtos e extensos, de fácil compreensão e de alta complexidade, objetivos e subjetivos, etc..

Mas isso corresponde não só à riqueza linguística como estrutura textual, mas também ao reflexo do cotidiano, onde as práticas sociais acontecem nas mais diversas formas de expressão.

Com isso, podemos não só pesquisar a ocorrência de um ou outro texto em determinado ambiente, mas também reconhecer as diversas situações linguísticas em que eles aparecem. Quando Weinrich divide as situações comunicativas em mundo narrado e mundo comentado, ele tem como alvo o verbo. Mas em um único texto podemos observar o fenômeno linguístico de forma ampla e mostrar para o aluno, alvo principal de nossas pesquisas, que a linguagem é muito mais que representação gráfica.

Verificamos, por exemplo, que há recorrências e diferenças nos editoriais analisados. Os textos não variam muito na forma, mas diferem nos processos argumentativos, no número de mininarrativas utilizadas como apoio, no uso mais ou menos acentuado de palavras eruditas, etc.

Fazer com que o leitor de um texto o observe com mais cuidado é dar início ao processo de criticidade, o que é tão ressaltado nos Parâmetros Curriculares Nacionais. E trabalhar com os gêneros é uma oportunidade de lidar com a língua em suas diversas possibilidades de uso, no dia a dia e em situações que requerem mais atenção e cuidado. Tendo em mente sempre que,

quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. [...] 'a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas' (MARCUSCHI, 2003:29).

Portanto, a pesquisa linguística deve ser uma luz que garanta novas visões e novas possibilidades de enxergar a docência. É impossível desvencilhar teoria e prática.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, [1962] 1990. p. 85-102.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In*: _____. **Estética da criação verbal**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1953] 1992b.

BEAUGRANDE, Robert de. **New foundations for a science of text and discourse: freedom of access to knowledge and society through discourse**. University of Vienna, 1997. Disponível em:
http://www.beaugrande.com/new_foundations_for_a_science.htm. Acesso em: ago/2009.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1960] 1992. (Coleção Clássicos do Jornalismo Brasileiro, 5)

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENTES, Anna Christina. Linguística textual. *In*: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 1. 8. ed. São Paulo: Cortez, [2000] 2008. p. 245-287.

BENTES, Anna C. & REZENDE, Renato C. Texto: conceitos, questões e fronteiras [con]textuais. *In*: SIGNORINI, Inês (Org.). **[Re]Discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008. p. 19-46.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral**. São Paulo: Cia. Nacional/EDUSP, 1976.

BONINI, Adair. A noção de seqüência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. 2. ed. São Paulo: Parábola, [2005] 2007. p. 208-236.

CARVALHO, José Augusto. **Discurso e narração: ensaios de língua e de literatura**. Vitória: FCAA/UFES, 1995. p. 90-115.

_____. **Gramática superior da língua portuguesa**. Vitória: UFES, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. Coord. de tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, [2004] 2006.

CORREIA, Margarita. O léxico na economia da língua. **Ciência da Informação**, v. 24, nº 3, 1995. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/522/473>. Acesso em: julho/2009.

COSERIU, Eugenio. Determinación y entorno: dos problemas de una lingüística del hablar. *In*: _____. **Teoría del lenguaje y lingüística general**: cinco estudios. 2. ed. Madrid: Editorial Gredos (Biblioteca Románica Hispánica), 1955. p. 282-323. (II. Estudios y ensaios)

ERBOLATO, Mário L. **Dicionário de propaganda e jornalismo**: legislação, termos técnicos e definições de cargos e funções, abrangendo as atividades das agências de propaganda e do jornalismo impresso, radiofônico e de televisão. Campinas: Papyrus, 1985.

FÁVERO, Leonor L. & KOCH, Ingedore G. V. **Linguística Textual**: introdução. 9. ed. São Paulo: Cortez, [1983] 2008.

GRADIM, Anabela. **Manual de jornalismo**: livro de estilo do urbi et orbi. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2000. Disponível em: www.bocc.ubi.pt (http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=19). Acesso/Download em: abr/2009.

KOCH, Ingedore G. Vilhaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10. ed. São Paulo: Contexto, [1993] 2007.

_____. **Argumentação e linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, [1984] 2006a.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 5. ed. São Paulo: Cortez, [2002] 2006b.

LABOV, William. The transformation of experience in narrative syntax. *In*: _____. **Language in the inner city**: studies in the black english vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. p. 354-397.

LABOV, William & WALETZKY, Joshua. Narrative analysis: oral versions of personal experience. *In*: JELM, J. (Ed.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967. p. 12-44.

LINS, Maria da Penha P. A pragmática e a análise de textos. *In*: Revista **(Con)Textos lingüísticos** - n. 2, Vitória, 2008. p. 158-176.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONISIO, Ângela P.; MACHADO, Anna R. & BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, [2003] 2007. p. 19-36.

_____. **Linguística de texto**: o que é e como se faz? Recife: Ed. Universitária da UFPE, [1983] 2009. (Col. Luiz Antônio Marcuschi)

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. Recife: UFPE – Departamento de Letras. 3ª versão, 2005.

MELO, José M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIRA MATEUS, M. H. & XAVIER, M. Francisca (Org). **Dicionário de termos linguísticos I-II**. Associação Portuguesa de Linguística & Instituto de Linguística teórica e computacional (iLteC) - Lisboa: Cosmos, 1992.

NASCIMENTO, Evando. Texto, textualidade, contexto. *In*: SIGNORINI, Inês (Org.). **[Re]Discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008. p. 109-131.

NASCIMENTO, Karina C. de S. Mecanismos argumentativos no jornalismo escrito. *In*: PAULIOKONIS, M. A. & GAVAZZI, Sigrid (Org.). **Texto e discurso**: mídia, literatura e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 85-96.

PEREIRA, Rose Mary F.; ROCHA, Thaís F. **Discurso midiático**: análise retórico-jornalística do gênero editorial. Monografia. 89f. (Graduação – Curso de Com. Social/Jornalismo). UFAL, 2006.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, [1996] 2002.

SANTANA, D. M. R. de. Substantivo e formalismo vocabular no gênero “editorial”. *In*: PAULIOKONIS, M. A. & GAVAZZI, Sigrid (Org.). **Texto e discurso**: mídia, literatura e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 110-119.

SEARLE, John R. **Os actos de fala**: um ensaio de Filosofia da Linguagem. Coimbra: Almedina, [1969] 1981.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. **Relevância**: comunicação e cognição. Tradução: Helen Santos Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1986] 2001.

WEINRICH, Harald. **Estructura y función de los tiempos en el lenguaje**. Versión española de Federico Latorre. Madrid: Editorial Gredos (Biblioteca Románica Hispánica), [1964] 1968. (II. Estudios y ensaios)

XAVIER & CORTEZ (Org.) **Conversas com lingüistas**: virtudes e controvérsias da linguística. Rio de Janeiro: Parábola, [2003] 2005.

SUGESTÕES DE LEITURA

ADAM, Jean-Michel; REVAZ, Françoise. **A análise da narrativa**. Lisboa: Gradiva, 1997.

ARAÚJO, Cíntia R. de. **Editorial: um gênero textual?** Disponível em: www.letras.ufmg.br/sevfale/sevfaleprograma-2007.pdf. Acesso em: set/2007.

BAKHTIN (Volochninov), Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem**. 6. ed. Trad.: Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: HUCITEC, [1929] 1992a.

BEAUGRANDE & DRESSLER. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1981.

BELTRÃO, Luiz. **Técnica de jornal**. Recife: ICINFORM, 1964.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. 2. ed. Trad.: Anna R. Machado & Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, [1997] 1999.

COSERIU, E. **Textlinguistik-eine Einführung**. Herg e edição de J. Albrecht. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1980.

DIJK, T. A. van. Gramáticas textuais e estruturas narrativas. *In*: CHABROL, C. (Ed.) **Semiótica narrativa e textual**. São Paulo: Cultrix, 1977.

DRESSLER, W. V. & SCHIMIDT, S. J. **Einführung in Die Textlinguistik**. Tübingen: Niemeyer, 1973.

_____. **Textlinguistik: Kommentierte Bibliographie**. München: Willhem Fink, 1973.

FIGUEIREDO, Irislane R. A heterogeneidade tipológica no gênero editorial. *In*: XII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA. **Cadernos do CNFL**, v. XII, nº 7 (Gêneros textuais). Rio de Janeiro: CiFEFiL/UERJ, 2008. p. 42-53.

_____. Gênero artigo de opinião: Teoria da Relevância e Argumentação em foco. *In*: *Abralin em cena Espírito Santo*, João Pessoa: Ideia, 2009. p. 588-597.

_____. Os gêneros jornalísticos opinativos na prática escolar. *In*: **Saberes**. (no prelo)

_____. Sequência narrativa: concepções e limites. *In*: XIII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA. **Cadernos do CNFL**. (no prelo)

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 23. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), [1967] 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, [1987] 1991.

GRIZE, Jean-Blaise. **De la logique à l'argumentation**. Genebra: Droz, 1982.

HALLIDAY & HASAN. **Cohesion in english**. London: Longman, 1976.

HEERDT, Mauri Luiz. **O projeto de pesquisa**. Texto elaborado para a disciplina Metodologia da pesquisa jurídica da UNISUL. Fonte: Arquivo pessoal.

HÖRMAN, H. **Meinen und Verstehen: grundzüge einer psychologischen semantik**. Frankfurt: Suhrkamp, 1976.

LESNIEWSKI, S. **Sur les fondements de la mathématique**. Fragments, Trad. de G. Kalinowski. Paris: Hermès, 1989.

LOUREDA, Óscar. **Introducción a la tipología textual**. Madrid: Arco Libros, 2003. (Cuadernos de Lengua Española, 78)

MARRA, Caroline C. Gênero discursivo e tipologia textual: duas faces de uma mesma moeda? *In*: TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Org.). **X SILEL**. Uberlândia: EDUFU, 2006, v. X, p. 54-67.

MELO, José M. **Comunicação social: teoria e pesquisa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, [1971] 1978.

MENEZES, W. A. Estratégias discursivas e argumentação. *In*: LARA, G. M. (Org.). **Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática**. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte: Fale/UFGM, [original?] 2006.

RABAÇA, C. A. & BARBOSA, G. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.

SCHIMIDT, S. J. **Linguística e teoria do texto**. Tradução: Ernst F. Schurmann. São Paulo: Pioneira, 1978.

WEINRICH, Harald. **Linguistik der Lüge**. Heidelberg: Verlag Lambert Schneider, 1966.

_____. **Sprache in Texten**. Stuttgart: Ernst Klet, 1976. (Coletânea de artigos).

_____. **Syntax als Dialektik: bochumer discussion**. *Poetica* 1, 1967, p.109-126.

WERLICH, E. **Typologie der Texten**. Heilderberg: Quelle und Meyer, 1975.

ANEXOS

EDITORIAL 1

A GAZETA Vitória (ES), terça-feira, 17 de junho de 2008

Lista de candidatos com ficha suja

A Justiça Eleitoral vai divulgar os nomes dos candidatos que respondem a processo, inclusive os já condenados em primeira e segunda instâncias. Vai ficar constrangedor para os partidos dar aval a determinados postulantes

Candidatos com ficha suja poderão existir. Legalmente, não há como impedir que pessoas condenadas em primeira e segunda instâncias se candidatem a cargos eletivos. Mas não vão poder encobrir essa condição do eleitorado. A Justiça Eleitoral vai dizer quem são. Divulgará lista com os nomes de todos eles. Possivelmente, a medida entra em prática a partir das eleições municipais de outubro. Ótimo.

A medida foi anunciada ontem pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Ayres Britto. Trata-se de decisão da Corte, que concluiu o julgamento de uma questão levantada no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

O tribunal paraibano questionou a possibilidade de incluir em uma resolução do TSE a obrigatoriedade de informar à Justiça Eleitoral os processos judiciais em que possíveis candidatos sejam réus. E sugeriu a apresentação de documentos para comprovar a integridade do futuro candidato.

O TSE atendeu. Observou a Lei 9.505/97 (que estabelece normas para as eleições). O texto legal prevê que no registro de candidaturas, sejam apresentadas certidões criminais dos postulantes a cargos públicos.

Ayres Britto vai se reunir com os demais ministros do TSE para discutir a melhor forma de pôr em prática esse serviço em favor da transparência e da moralidade. “A Justiça Eleitoral vai cumprir o dever de informar o eleitor sobre a personalidade e a vida pregressa dos candidatos”, disse. Uma das idéias é publicar as listas no site do próprio tribunal.

É muito importante para a população saber quem está pedindo o seu voto. E que entre esses existem condenados pela Justiça, em primeira e em segunda instância, querendo representá-la. Ou estar à frente do Executivo. Assim, sabendo de quem se trata, vota em criminoso quem quer. No entanto, com certeza, a grande maioria da população deseja urnas limpas.

Há uma semana, na última terça-feira, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve, por 4 votos a 3, a decisão que permite a candidatura de políticos que respondem a processos judiciais, desde que não tenham sido condenados em última instância.

Ou seja, apesar da ameaça de alguns Tribunais Regionais Eleitorais de indeferir o registro de candidatos com ficha suja nas eleições de outubro, o TSE ratificou o entendimento firmado em setembro de 2006, segundo o qual são inelegíveis apenas aqueles com processo transitado em julgado, não cabendo mais recurso.

Em 2006 foi julgado o recurso do ex-deputado federal Eurico Miranda (PP-RJ), que teve o pedido de registro de candidatura negado pelo TRE do Rio de Janeiro. Porém, o TSE entendeu que o presidente do Vasco poderia disputar as eleições mesmo respondendo a processos judiciais. Ayres Britto votou contra. Na decisão do TSE na última terça-feira, novamente o ministro foi voto vencido.

Mas, em nome da moralidade, ele parece não desistir de ver barrados os fichas-sujas. Segundo Ayres Britto, a decisão tomada na semana passada pelo TSE funciona como uma espécie de “diretriz” para futuros julgamentos, não vinculando os juízes eleitorais. Afirma que a questão pode ser rediscutida a partir de fatos que levem o TSE a “repensar” seu posicionamento.

Há um clamor generalizado visando a impedir a candidatura de pessoas de má conduta. Nesse sentido, 36 entidades tentam recolher 1,3 milhão de assinaturas em todo o país para apresentar ao Congresso um projeto de lei de iniciativa popular.

É uma esperança que surge.

EDITORIAL

Lista de candidatos com ficha suja

A Justiça Eleitoral vai divulgar os nomes dos candidatos que respondem a processo, inclusive os já condenados em primeira e segunda instâncias. Vai ficar constringedor para os partidos dar aval a determinados postulantes

Candidatos com ficha suja poderão existir. Legalmente, não há como impedir que pessoas condenadas em primeira e segunda instâncias se candidatem a cargos eletivos. Mas não vão poder encobrir essa condição do eleitorado. A Justiça Eleitoral vai dizer quem são. Divulgará lista com os nomes de todos eles. Possivelmente, a medida entra em prática a partir das eleições municipais de outubro. Ótimo.

A medida foi anunciada ontem pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Ayres Britto. Trata-se de decisão da Corte, que concluiu o julgamento de uma questão levantada no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

O tribunal paraibano questionou a possibilidade de incluir em uma resolução do TSE a obrigatoriedade de informar à Justiça Eleitoral os nomes dos possíveis candidatos sejam réus. E sugeriu a apresentação de documentos para comprovar a integridade do futuro candidato.

O TSE atendeu. Observou a Lei 9.504/97 (que estabelece normas para as eleições). O texto legal prevê que, no registro de candidaturas, sejam apresentadas certidões criminais dos postulantes a cargos públicos.

Ayres Britto vai se reunir com os demais ministros do TSE para discutir a melhor forma de pôr em prática esse serviço em favor da transparência e da moralidade. "A Justiça Eleitoral vai cumprir o dever de informar o eleitor sobre a personalidade e a vida progressa dos candidatos", disse. Uma das ideias é publicar as listas no site do próprio tribunal.

Ao todo, 36 entidades coletam assinaturas para o projeto popular que proíbe candidatos com má conduta

É muito importante para a população saber quem está pedindo o seu voto. E que entre esses existem condenados pela Justiça, em primeira e segunda instância, querendo representá-la. Ou estar à frente do Executivo. Assim, sabendo de quem se trata, vota em criminoso quem quer. No entanto, com certeza, a grande maioria da população deseja urnas limpas.

Há uma semana, na última terça-feira, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve, por 4 votos a

3, a decisão que permite a candidatura de políticos que respondem a processos judiciais, desde que não tenham sido condenados em última instância.

Ou seja, apesar da ameaça de alguns Tribunais Regionais Eleitorais de indeferir o registro de candidatos com ficha suja nas eleições de outubro, o TSE ratificou o entendimento firmado em setembro de 2006, segundo o qual são inelegíveis apenas aqueles com processo transitado em julgado, não cabendo mais recurso.

Em 2006 foi julgado o recurso do ex-deputado federal Eurico Miranda (PP-RJ), que teve o pedido de registro de candidatura negado pelo TRE do Rio de Janeiro. Porém, o TSE entendeu que o presidente do Vasco poderia disputar as eleições mesmo respondendo a processos judiciais. Ay-

res Britto votou contra. Na decisão do TSE na última terça-feira, novamente o ministro foi voto vencido.

Mas, em nome da moralidade, ele parece não desistir de ver barrados os fichas-sujas. Segundo Ayres Britto, a decisão tomada na semana passada pelo TSE funciona como uma espécie de "diretriz" para futuros julgamentos, não vinculando os juízes eleitorais. Afirma que a questão pode ser rediscutida a partir de fatos que levem o TSE "repensar" seu posicionamento.

Há um clamor generalizado visando a impedir a candidatura de pessoas de má conduta. Nesse sentido, 36 entidades tentam recolher 1,3 milhão de assinaturas em todo o país para apresentar ao Congresso um projeto de lei de iniciativa popular. É uma esperança que surge.

EDITORIAL 2

A GAZETA Vitória (ES), segunda-feira, 22 de setembro de 2008

Quadro a ser modificado

O elevado número de acidentes na BR 101 aponta a necessidade urgente de ser intensificada a fiscalização. O trecho capixaba dessa rodovia integra a terceira etapa das concessões previstas para 2009 no cronograma do PAC

A GAZETA publicou na edição da última sexta-feira uma manchete de página que dizia: “Mais duas mortes em novo choque de caminhões na BR 101”.

Sim, mais duas mortes. Na terça-feira, na mesma rodovia, haviam ocorrido outras duas, também em colisão de caminhões. Naquele dia, indignados com o grande número de acidentes, cerca de 400 moradores do trecho à altura do município de Fundão fizeram um protesto público. Fecharam as pistas de rolamento nos dois sentidos. Nelas, incendiaram pneus, sofás, pedaços de madeira e outros objetos, impedindo a passagem de veículos, durante algum tempo. Um lamentável transtorno ao direito de ir vir das pessoas, embora se entenda a razão da revolta.

Mas, quando a BR 101 oferecerá condições mais seguras ao tráfego? Essa é a pergunta que não cala. E não é restrita a essa estrada. Aplica-se a inúmeras outras. No entanto, as ocorrências mostram que o trajeto capixaba da 101 requer atenção especial das autoridades. É necessário esforço urgente, na área da fiscalização. O quadro é alarmante.

Acidentes envolvendo veículos são provocados por inúmeras causas. Na BR 101 se imagina que um dos fatores preponderantes sejam as condições inadequadas da pista, em diversos trechos. Foi projetada para um número de veículos muito menor do que o visto atualmente, e que não pára de crescer. Até para o cidadão comum, leigo em engenharia de trânsito, parece clara a necessidade de reforma nessa rodovia.

A BR 101 integra a terceira etapa das concessões previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essa é a esperança que tem a sociedade de dispor de melhores condições de trânsito – certamente, com menos acidentes.

O trecho que corta o Espírito Santo deverá ser licitado no início de 2009, conforme anúncio feito pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, em dezembro de 2007. Disse que um estudo irá avaliar as condições da rodovia e determinar que partes devem ser alargadas. Aguardemos.

Deve-se ter presente que a violência no trânsito é um problema generalizado no país. Envolve não só rodovias, mas também ruas, praças e avenidas em perímetros urbanos. Os acidentes se multiplicam e alguns têm proporções impressionantes. Um desses casos ocorreu sábado e vitimou oito capixabas de uma mesma família na BR 364, em Mato Grosso.

Um detalhado mapa sobre acidentes de trânsito no Brasil, divulgado há um mês, mostra que em oito anos foram registradas mais de 2,5 milhões de ocorrências, resultando 254 mil mortes, segundo a Associação Brasileira de Medicina do Tráfego. São dados que superam os de várias guerras em diferentes partes do mundo.

O Brasil gasta R\$ 22 bilhões por ano com acidentes de trânsito. Essa é a soma de despesas médicas, hospitalares, de perda de renda, remoção e recuperação de veículos, custos judiciais e repercussão dos casos no caixa do INSS. Trata-se de apuração com base em números do ano passado feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O prejuízo irreparável não foi contabilizado: é a perda de vidas humanas.

Registre-se que desde o último dia 20 de julho, quando entrou em vigor a Lei 11.705, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, a chamada Lei Seca, os desastres com mortes no trânsito diminuíram significativamente.

Mas ainda há muito o que fazer para diminuir a violência no trânsito. Boas estradas é condição básica. Além disso, especialistas recomendam melhoria na prática fiscalizatória e investimentos maciços em políticas educacionais.

EDITORIAL

Quadro a ser modificado

O elevado número de acidentes na BR 101 aponta a necessidade urgente de ser intensificada a fiscalização. O trecho capixaba dessa rodovia integra a terceira etapa das concessões previstas para 2009 no cronograma do PAC

A GAZETA publicou na edição da última sexta-feira uma manchete de página que dizia: "Mais duas mortes em novo choque de caminhões na BR 101".

Sim, mais duas mortes. Na terça-feira, na mesma rodovia, havia ocorrido outras duas, também em colisão de caminhões. Naquele dia, indignados com o grande número de acidentes, cerca de 400 moradores do trecho à altura do município de Fundão fizeram um protesto público. Fecharam as pistas de rolamento nos dois sentidos. Nelas, incendiaram pneus, sofás, pedaços de madeira e outros objetos, impedindo a passagem de veículos, durante algum tempo. Um lamentável transtorno ao direito de ir vir das pessoas, embora se entenda a razão da revolta.

Mas, quando a BR 101 oferecerá

condições mais seguras ao tráfego? Essa é a pergunta que não cala. E não é restrita a essa estrada. Aplica-se a inúmeras outras. No entanto, as ocorrências mostram que o trajeto capixaba da 101 requer atenção especial das autoridades. É necessário esforço urgente, na área da fiscalização. O quadro é alarmante.

Acidentes envolvendo veículos são provocados por inúmeras causas. Na BR 101 se imagina que um dos fatores preponderantes sejam as condições inadequadas da pista, em diversos trechos. Foi projetada para um número de veículos muito menor do que o visto atualmente, e que não pára de crescer. Até para o cidadão comum, leigo em engenharia de trânsito, parece clara a necessidade de reforma nessa rodovia.

A BR 101 integra a terceira etapa

Acidentes de trânsito provocaram 254 mil mortes no país, em oito anos, segundo pesquisa divulgada pelo Ipea

das concessões previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essa é a esperança que tem a sociedade de dispor de melhores condições de trânsito - certamente, com menos acidentes.

O trecho que corta o Espírito Santo deverá ser licitado no início de 2009, conforme anúncio feito pelo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, em dezembro de 2007. Disse que um estudo irá avaliar as condições da rodovia e determinar que partes devam ser alargadas. Aguardemos.

Deve-se ter presente que a violência no trânsito é um problema generalizado no país. Envolve não só rodovias, mas também ruas, praças e avenidas em perímetros urbanos. Os acidentes se multiplicam e alguns têm proporções impressionantes. Um desses casos ocorreu sábado e vitimou oito capixabas de uma mesma família na BR 304, em Mato Grosso.

Um detalhado mapa sobre os acidentes de trânsito no Brasil, divulgado há um mês, mostra que em oito anos foram registradas mais de 2,5 milhões de ocorrências, resultando 254 mil mortes, segundo a Associação Brasileira de Medicina do Tráfego. São dados que superam os de várias guerras em diferentes partes do mundo.

O Brasil gasta R\$ 22 bilhões por ano com acidentes de trânsito. Essa é a soma de despesas médicas, hospitalares, de perda de renda, remoção

recuperação de veículos, custos judiciais e repercussão dos casos no caixa do INSS. Trata-se de apuração com base em números do ano passado feita pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). O prejuízo irreparável não foi contabilizado: é a perda de vidas humanas.

Registre-se que desde o último dia 20 de julho, quando entrou em vigor a Lei 11.705, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, a chamada Lei Seca, os desastres com mortes no trânsito diminuíram significativamente.

Mas ainda há muito o que fazer para diminuir a violência no trânsito. Boas estradas é condição básica. Além disso, especialistas recomendam melhoria na prática fiscalizatória e investimentos maciços em políticas educacionais.

EDITORIAL 3

A GAZETA Vitória (ES), domingo, 2 de novembro de 2008

Reforma agora, não

A modernização da economia brasileira exige novo sistema tributário. O que está em vigor tornou-se obsoleto desde o advento do Plano Real. Porém o momento atual é inadequado para se fazer a tão esperada reforma

A mais grave crise de liquidez registrada na história do capitalismo exige necessariamente ajustes macroeconômicos em todos os países. O Brasil não é exceção. No novo cenário, o desempenho fiscal é fortemente afetado nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal. Então, o bom-senso recomenda que nessa situação, seja adiada a aprovação do projeto de reforma tributária que se arrasta no Congresso.

Cautela foi a palavra mais pronunciada pelos governadores do Sudeste – Paulo Hartung (ES), Aécio Neves (MG), Sérgio Cabral (RJ) e José Serra (SP), que se reuniram na quinta-feira, em Belo Horizonte. Eles fizeram uma avaliação da nova situação econômica no mundo e a sua repercussão.

Sem dúvida, em ambiente de crescimento econômico seria mais fácil para os Estados superarem ou absorverem aumento de despesa ou perda de receita – o que aconteceria em função de uma reforma no sistema tributário – por mais cuidadosa que possa ser.

Aliás, muito antes de estourar a gigantesca bolha financeira global, causando escassez de recursos, o projeto de reforma tributária, da forma como está posto, já causava preocupações fiscais ao Espírito Santo – e, certamente, a outras unidades da federação.

É que o ICMS passaria a ser cobrado no destino do produto e não na origem, conforme ocorre há muitas décadas. Economias que realizam grandes volumes de vendas para outros Estados seriam fortemente afetadas em sua arrecadação tributária. É o caso da capixaba.

Mas a realidade indica como inevitável a desaceleração da economia, o que por si já cria perspectivas fiscais negativas para as unidades da federação. É esse quadro que está levando os governadores a adotar a medida em seus Estados.

O mesmo deve ser feito no âmbito das municipalidades pelos prefeitos que tomarão posse em 1º de janeiro. A economia não sorri como na época em que decidiram se candidatar. A festa acabou. E não se sabe quanto tempo mais irá durar a crise. O fato incontornável é que ela exige uma releitura do planejamento do setor público feito com base em parâmetros fiscais anteriores ao impasse financeiro – que se agravou a partir de setembro. As dificuldades de liquidez existem e podem aumentar, apesar do esforço dos bancos centrais, no Brasil e no mundo, para injetar dinheiro na economia.

A mudança no cenário mundial encontrou o Brasil fortalecido em seus fundamentos econômicos, mas, ao mesmo tempo, descuidado na gestão fiscal do governo federal – ao contrário do que é visto em alguns Estados (o que ameniza o quadro geral). Não fossem procedimentos fiscais irrecorrendes praticados em Brasília, certamente seriam melhores as condições brasileiras para enfrentar turbulências.

É notória, até inquestionável, a falta de vontade política do Palácio do Planalto para enxugar gastos de má qualidade, ligados ao custeio da máquina pública – que tem crescido nos últimos anos. No entanto, não se deve descartar a hipótese de que o desdobramento da crise pode obrigar cortes, hoje não cogitados, de despesas. Então, o próprio governo central, autor do projeto de reforma tributária, tem na incerteza um forte motivo para não querer levá-lo adiante nas atuais circunstâncias.

Politicamente, e também sob o ponto de vista econômico, várias circunstâncias muito boas, algumas maravilhosas, para fazer tal reforma foram desperdiçadas tanto pelo governo de Lula quanto pelo de FHC.

Agora, o momento é inadequado. Fazê-la de qualquer modo seria incorrer em imprudência.

EDITORIAL

Reforma agora, não

A modernização da economia brasileira exige novo sistema tributário. O que está em vigor tornou-se obsoleto desde o advento do Plano Real. Porém o momento atual é inadequado para se fazer a tão esperada reforma

A mais grave crise de liquidez registrada na história do capitalismo exige necessariamente ajustes macroeconômicos em todos os países. O Brasil não é exceção. No novo cenário, o desempenho fiscal é fortemente afetado nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal. Então, o bom-senso recomenda que, nessa situação, seja adiada a aprovação do projeto de reforma tributária que se arrasta no Congresso.

Cautela foi a palavra mais pronunciada pelos governadores do Sudeste – Paulo Hartung (ES), Aécio Neves (MG), Sérgio Cabral (RJ) e José Serra (SP), que se reuniram na quinta-feira, em Belo Horizonte. Eles fizeram uma avaliação da nova situação econômica no mundo e sua repercussão.

Sem dúvida, em ambiente de crescimento econômico seria mais fácil pa-

ra os Estados superarem ou absorverem aumento de despesa ou perda de receita – o que aconteceria em função de uma reforma no sistema tributário – por mais cuidadosa que possa ser.

Aliás, muito antes de estourar a gigantesca bolha financeira global, causando escassez de recursos, o projeto de reforma tributária, da forma como está posto, já causava preocupações fiscais ao Espírito Santo – e, certamente, a outras unidades da federação.

É que o ICMS passaria a ser cobrado no destino do produto e não na origem, conforme ocorre há muitas décadas. Economias que realizam grandes volumes de vendas para outros Estados seriam fortemente afetadas em sua arrecadação tributária. É o caso da capixaba.

Mas a realidade indica como ine-

A crise que se instalou no mundo, com reflexo no Brasil, desacelera o crescimento e cria incerteza na área fiscal

vitável a desaceleração da economia, o que por si já cria perspectivas fiscais negativas para as unidades da federação. É esse quadro que está levando os governadores a adotar medida em seus Estados.

O mesmo deve ser feito no âmbito das municipalidades pelos prefeitos que tomaram posse em 1º de janeiro. A economia não sorri como na época em que decidiram se candidatar. A festa acabou. E não se sabe quanto tempo mais irá durar a crise. O fato incontornável é que ela exige uma re-

leitura do planejamento do setor público feito com base em parâmetros fiscais anteriores ao impasse financeiro – que se agravou a partir de setembro. As dificuldades de liquidez existem e podem aumentar, apesar do esforço dos bancos centrais, no Brasil e no mundo, para injetar dinheiro na economia.

A mudança no cenário mundial encontrou o Brasil fortalecido em seus fundamentos econômicos, mas, ao mesmo tempo, descuidado na gestão fiscal do governo federal – ao contrário do que é visto em alguns Estados (o que ameniza o quadro geral). Não fossem procedimentos fiscais irremediáveis praticados em Brasília, certamente seriam melhoradas as condições brasileiras para enfrentar turbulências.

É notória, até inquestionável, a fal-

ta de vontade política do Palácio Central para enxugar gastos de qualidade, ligados ao custeio da máquina pública – que tem crescido muito nos últimos anos. No entanto não se deve descartar a hipótese de que o desdobramento da crise possa obrigar cortes, hoje não cogitados, e despesas. Então, o próprio governo central, autor do projeto de reforma tributária, tem na incerteza um forte motivo para não querer levá-la adiante nas atuais circunstâncias.

Politicamente, e também sob ponto de vista econômico, várias circunstâncias muito boas, algumas maravilhosas, para fazer tal reforma foram desperdiçadas tanto pelo governo de Lula quanto pelo de FHC.

Agora, o momento é inadequado. Fazê-la de qualquer modo seria correr em imprudência.

EDITORIAL 4

A GAZETA Vitória (ES), domingo, 9 de novembro de 2008

Impunidade no trânsito

Na Delegacia de Trânsito de Vitória há cerca de 200 mil inquéritos sobre acidentes com mortes. Os infratores permanecem em liberdade. O número de multas aplicadas a motoristas alcoolizados cresceu 129% nas rodovias

A impunidade para os crimes cometidos no trânsito é um desafio cada vez maior para a sociedade. Até quando?

“Duas mil mortes em acidentes de trânsito. E ninguém fica preso”, diz a manchete de capa de A GAZETA, na edição da última sexta-feira. No subtítulo uma informação complementar: Esse é o total de inquéritos na Delegacia de Trânsito de Vitória. Se referem a acidentes com mortes.

Casos dantescos se sucedem. Muitos no embalo irresponsável das bebidas alcoólicas, apesar da Lei Seca. Na quarta-feira, na direção de uma possante camionete, um motorista, que confessou ter tomado “apenas oito cachaças”, colidiu com uma moto e arrastou o motociclista por mais de 100 metros, na BR 262, em Cariacica. A punição imediata ao infrator restringiu-se ao pagamento de fiança. Isso feito, foi liberado.

Todo mundo sabe do potencial de tragédia presente na combinação álcool e volante. Porém não são poucos os que insistem em “arriscar”. Não é difícil imaginar que uma das motivações desse ímpeto é a presunção da impunidade. “Há uma banalidade do crime de trânsito, mesmo quando provoca morte”, diz o titular da delegacia especializada em Vitória, Fabiano Contarato, acrescentando que a “lei foi feita para proteger a classe média”.

Indiscutivelmente, o número de motoristas alcoolizados continua desafiando as autoridades. Estatísticas da Polícia Rodoviária Federal no Espírito Santo mostram que, após a Lei Seca, o número de multas aplicadas a motoristas alcoolizados cresceu 129% nas rodovias que cortam o Estado. O levantamento abrange o período de 20 de junho a 20 de outubro de 2008 comparado com o mesmo espaço de tempo do ano passado. O crescimento é atribuído ao aumento da fiscalização – o que evidencia a necessidade de se intensificar essa prática.

A percepção de quanto é útil a ação repressiva abrangente também fica clara diante dos números da operação Madrugada Viva, realizada em conjunto por fiscais do Detran e policiais do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar. A aplicação do teste do bafômetro resultou na apreensão de 963 carteiras nacionais de habilitação, de 5 de janeiro a 27 de outubro deste ano, na Grande Vitória. No interior do Estado, no mesmo período, houve 524 apreensões.

A lei diz que condutor flagrado no teste do bafômetro pagará multa no valor de R\$ 957,70 e poderá ter o direito de dirigir suspenso por tempo que varia de quatro a doze meses. Na reincidência a suspensão pode chegar a dois anos. Mas as estatísticas sugerem baixo poder de inibição do texto legal. É uma situação que não deve continuar. Requer providências por parte do poder público, tanto o Executivo quanto o Congresso. Há que se encontrar uma formulação legislativa de maior eficácia nos seus efeitos.

A partir de proposta do Ministério da Justiça – submetida à consulta pública em fevereiro e em março últimos -, o Palácio do Planalto anunciou a decisão de aumentar em até 63,97% o valor das multas de trânsito. O máximo previsto atingiria R\$ 1.575, aplicáveis aos casos graves de excesso de velocidade. O projeto chegaria ao Congresso após a eleição de outubro.

Se aprovado, certamente produzirá resultados. Mas, como medida isolada, previsivelmente terá efeitos limitados. O quadro de violência apavorante no trânsito exige regras de repressão e punição muito mais rigorosas do que as atuais.

A sensação de impunidade precisa ser banida do trânsito. Representa acinte à sociedade. Além de alterações legislativas, também não devem ser poupados investimentos no plano educacional.

EDITORIAL

Impunidade no trânsito

Na Delegacia de Trânsito de Vitória há cerca de 200 mil inquéritos sobre acidentes com mortes. Os infratores permanecem em liberdade. O número de multas aplicadas a motoristas alcoolizados cresceu 129% nas rodovias

A impunidade para os crimes cometidos no trânsito é um desafio cada vez maior para a sociedade. Até quando?

"Duas mil mortes em acidentes de trânsito. E ninguém fica preso", diz a manchete de capa de A GAZETA, na edição da última sexta-feira. No subtítulo uma informação complementar: Esse é o total de inquéritos na Delegacia de Trânsito de Vitória. Se referem a acidentes com mortes.

Casos dantescos se sucedem. Multos no embalo irresponsável das bebidas alcoólicas, apesar da Lei Seca. Na quarta-feira, na direção de uma possante camionete, um motorista que confessou ter tomado "apenas oito cachaças", colidiu com uma moto de 100 metros, na BR 262, em Carriacica. A punição imediata ao infrator

restringiu-se ao pagamento de fiança. Isso feito, foi liberado.

Todo mundo sabe do potencial de tragédia presente na combinação de álcool e volante. Porém não são poucos os que insistem em "arriscar". Não é difícil imaginar que uma das motivações desse ímpeto é a presunção da impunidade. "Há uma banalização do crime de trânsito, mesmo quando provoca morte", diz o titular da delegacia especializada em Vitória, Fabiano Contarato, acrescentando que "a lei foi feita para proteger a classe média".

Indiscutivelmente, o número de motoristas alcoolizados continua desafiando as autoridades. Estatísticas da Polícia Rodoviária Federal no Espírito Santo mostram que, após a Lei Seca, o número de multas aplicadas a motoristas alcoolizados cresceu 129%

Lícia Militar. A aplicação do teste do bafômetro resultou na apreensão de 963 carteiras nacionais de habilitação, de 5 de janeiro a 27 de outubro deste ano, na Grande Vitória. No interior do Estado, no mesmo período, houve 524 apreensões.

A lei diz que condutor flagrado no teste do bafômetro pagará multa no valor de R\$ 957,70 e poderá ter o direito de dirigir suspenso por tempo que varia de quatro a doze meses. Na reincidência a suspensão pode chegar a dois anos. Mas as estatísticas sugerem baixo poder de inibição do texto legal. É uma situação que não deve continuar. Requer providências por parte do poder público, tanto o Executivo quanto o Congresso. Há que se encontrar uma formulação legislativa de maior eficácia nos seus efeitos.

A partir de proposta do Ministério

da Justiça – submetida à consulta pública em fevereiro e em março último –, o Palácio do Planalto anunciou a decisão de aumentar em até 63,97% o valor das multas de trânsito. O máximo previsto atingiria R\$ 1.575, aplicáveis aos casos graves de excesso de velocidade. O projeto chegaria ao Congresso após a eleição de outubro.

Se aprovado, certamente produzirá resultados. Mas, como medida isolada, previsivelmente terá efeitos limitados. O quadro de violência apresenta no trânsito exige regras duras e repressão e de punição muito mais rigorosas do que as atuais.

A sensação de impunidade precisa ser banida do trânsito. Representa um acinte à sociedade. Além de alterações legislativas, também não devem ser poupados investimentos no plano educacional.

EDITORIAL 5

A GAZETA Vitória (ES), quarta-feira, 31 de dezembro de 2008

Discurso da virada

Lula volta a injetar ânimo na população e nos setores produtivos, em relação a 2009. Afirma que os pobres “não pagarão a conta da crise”, que a economia não será travada e pede aos empresários que continuem a investir

No Nordeste, região de menor renda per capita do país, Lula declarou, no último discurso do ano, que “os pobres não pagarão a conta da crise”. Foi coerente com o seu tom. A defesa das faixas populacionais de baixa renda tem sido a bandeira – de largo uso político – do governo.

No mesmo pronunciamento – feito em Recife, na inauguração da primeira etapa de um parque que leva o nome de sua mãe, Dona Lindu -, o presidente garantiu: “Não vamos travar a economia por conta da crise, não queremos que os empresários deixem de fazer investimentos”.

Aí está mais do que uma fala de fim de ano. É discurso de virada de situação. A conotação é inequívoca: o país vai vencer a crise. Todo mundo espera que sim. Na verdade, está vencendo. Ninguém tem dúvida de que a economia brasileira continuará crescendo em 2009. O desafio é superar o patamar entre 2,5% e 2,8% previsto pela maioria dos cenaristas.

É dever de justiça reconhecer o conjunto de medidas adotadas pelo governo para dar alento à economia. Tem sido dispensada atenção especial à liquidez. Desde setembro, quando estourou a grande bolha no sistema financeiro internacional, o Banco Central fez dez alterações no depósito compulsório recolhido à autoridade monetária. Isso foi essencial no período de maior volatilidade dos recursos.

Agora, felizmente, a área financeira está mais estabilizada, mas o governo continua atuando para manter o fluxo de compra de carteiras de bancos menores por instituições maiores e mais sólidas. Para não inibir essa prática, o Conselho Monetário Nacional tomou importante decisão na última sexta-feira: adiou para 2010 a prestação de contas sobre as aquisições, por meio dos balanços.

Setores estratégicos na composição do PIB, e na geração de empregos, também têm recebido apoio do governo. Ganham gordo volume de crédito, por intermédio de antigas e novas linhas bancárias. As ofertas de financiamento se concentram na agropecuária, na indústria automobilística e na construção civil, com forte viés na área habitacional. Há poucos dias, o Conselho do FGTS aprovou uma linha de R\$ 3 bilhões para construtoras, além de estabelecer que trabalhadores com renda de até R\$ 2 mil terão juros mais baixos para adquirir a casa própria.

Até nos impostos o governo tem feito mexidas com o objetivo de incentivar o consumo. O IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) foi zerado temporariamente nas operações de compra de carros de motor até 2.0. Já o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) incidente sobre o crédito ao consumidor caiu pela metade. Em relação ao Imposto de Renda, foram criadas mais duas alíquotas na tabela de desconto, favorecendo a classe média – o que deverá ter reflexo no nível de compras no comércio e nas atividades de serviços.

Por fim, merece destaque a melhoria na legislação do Supersimples. Foi criada a figura do microempreendedor individual (MEI), objetivando formalizar profissionais com receita bruta de até R\$ 36 mil por ano.

Esse amplo leque de providências mostra que o discurso da virada, feito pelo presidente Lula, está amparado em vigorosa disposição do governo em promover o crescimento econômico. Essa demonstração deve continuar a ser exercida, porque os reflexos da crise externa não cessaram.

Na seqüência das ações do governo esperam-se novas reduções tributárias (porque a carga de impostos permanece elevadíssima) e a imediata diminuição de impostos. Assim, as empresas terão razões mais fortes para investir, como pede o presidente da República.

EDITORIAL

Discurso da virada

Lula volta a injetar ânimo na população e nos setores produtivos, em relação a 2009. Afirma que os pobres “não pagarão a conta da crise”, que a economia não será travada, e pede aos empresários que continuem a investir

No Nordeste, região de menor renda per capita do país, Lula declarou, no último discurso do ano, que “os pobres não pagarão a conta da crise”. Foi coerente com o seu tom. A defesa das faixas populacionais de baixa renda tem sido a bandeira — de largo uso político — do governo.

No mesmo pronunciamento — feito em Recife, na inauguração da primeira etapa de um parque que leva o nome de sua mãe, Dona Lindu —, o presidente garantiu: “Não vamos travar a economia por conta da crise, não queremos que os empresários deixem de fazer investimentos”.

Até já mais do que uma fala de fim de ano. É discurso de virada de situação. A conotação é inequívoca: o país vai vencer a crise. Todo mundo espera que sim. Na verdade, está vencendo. Ninguém tem dúvida de que a

economia brasileira continuará crescendo em 2009. O desafio é superar o patamar entre 2,5% e 2,8% previsto pela maioria dos cenaristas.

É dever de justiça reconhecer o conjunto de medidas adotadas pelo governo para dar alento à economia. Tem sido dispensada atenção especial à liquidez. Desde setembro, quando estourou a grande bolha no sistema financeiro internacional, o Banco Central fez dez alterações no depósito compulsório recolhido à autoridade mo- netária. Isso foi essencial no período de maior volatilidade dos recursos.

Agora, felizmente, a área financeira está mais estabilizada, mas o governo continua atuando para manter o fluxo de compra de carteiras de bancos menores por instituições maiores e mais sólidas. Para não iniciar essa prática, o Conselho Monetá-

Há expectativa geral de que a taxa Selic entre em um novo ciclo de diminuição já a partir do início de 2009

rio Nacional tomou importante decisão na última sexta-feira: adiou para 2010 a prestação de contas sobre as aquisições, por meio dos balanços.

Setores estratégicos na composição do PIB, e na geração de empregos, também têm recebido apoio do governo. Ganharam gordo volume de crédito, por intermédio de antigas e novas linhas bancárias. As ofertas de financiamento se concentram na agropecuária, na indústria automobilística e na construção civil, com forte viés na área habitacional. Há

poucos dias, o Conselho do FGTS aprovou uma linha de R\$ 3 bilhões para construtoras, além de estabelecer que trabalhadores com renda de até R\$ 2 mil terão juros mais baixos para adquirir a casa própria.

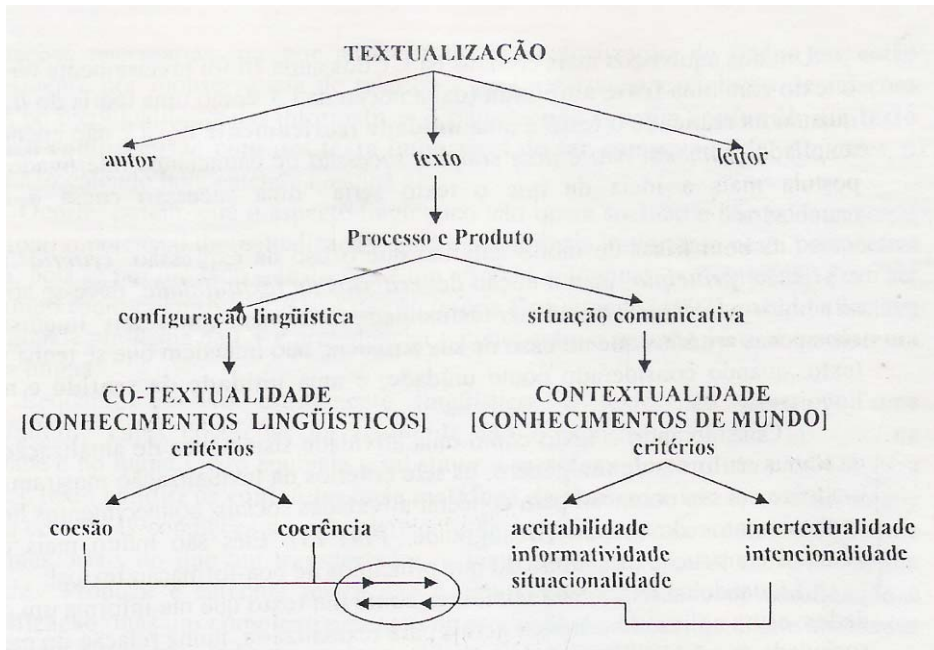
Até nos impostos o governo tem feito mexidas com o objetivo de incentivar o consumo. O IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) foi reduzido temporariamente nas operações de compra de carros populares. E reduzido em 50% para carros de motor até 2,0. Já o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) incidente sobre o crédito ao consumidor caiu pela metade. Em relação ao Imposto de Renda, foram criadas mais duas alíquotas na tabela de desconto, favorecendo a classe média — o que deverá ter reflexo no nível de compras no comércio e nas atividades de serviços.

Por fim, merece destaque a melhoria na legislação do Superimplem- to criada a figura do microempree- dor individual (MEI), objetivando formalizar profissionais com receita bruta de até R\$ 36 mil por ano.

Esse amplo leque de providência mostra que o discurso da virada, feito pelo presidente Lula, está amparado em vigorosa disposição do governo em promover o crescimento econômico. Essa demonstração deve contribuir a ser exercitada, porque os reflexos da crise externa não cessaram.

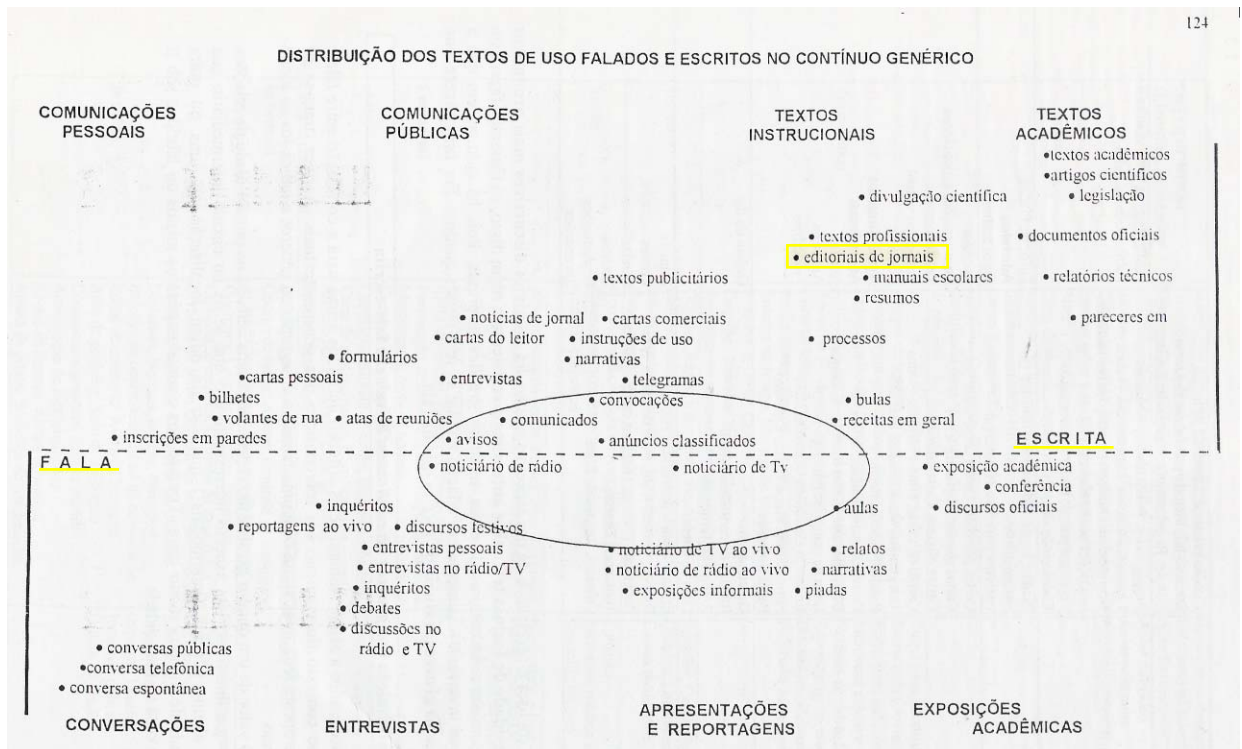
Na sequência das ações do governo esperam-se novas reduções tributárias (porque a carga de impostos permanece elevadíssima) e a imediata diminuição de impostos. Assim, as empresas terão razões mais fortes para investir, como pede o presidente da República.

Anexo 6



Fonte: Marcuschi, 2005, p. 57.

ANEXO 7



Fonte: Marcuschi, 2005, p. 124.